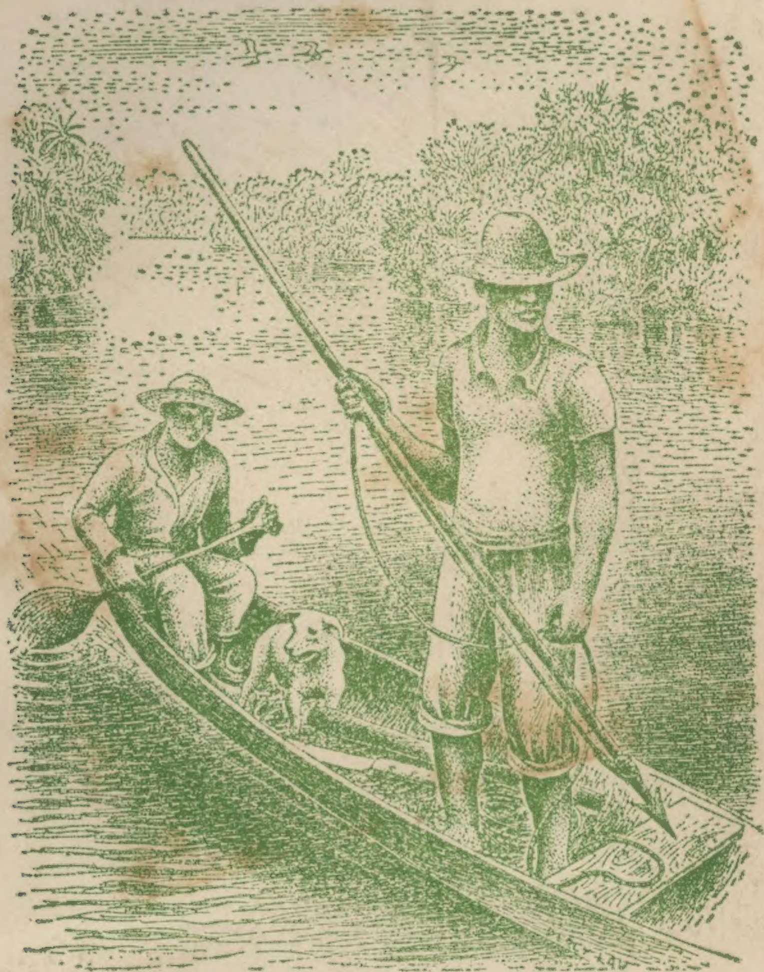
A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO

JULHO — 75/DEZEMBRO — 76 N.º 11




CNDDA

A AMAZÔNIA BRASILEIRA
EM FOCO
Publicação N.º 11

Publicado pela CNDDA
1976
Rio de Janeiro

"O Brasil quer viver em paz e amizade com todas as outras nações. Há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros, mas jamais consentirá que eles intervenham nos negócios internos do País. Se houver uma só nação que não queira sujeitar-se a esta condição, sentiremos muito, mas nem por isso nos haveremos de humilhar ou submeter à sua vontade".

José Bonifácio de Andrade e Silva

Patrono da Independência

1822

(Palavras a Mr. Chamberlain, Encarregado de Negócios da Inglaterra no Brasil)

COMISSÃO NACIONAL DE DEFESA E PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Presidente de Honra

Professor Arthur Cezar Ferreira Reis

Presidente

Tácito Lívio Reis Freitas

Sede Provisória: Avenida 13 de Maio, 13 — Grupo 1202 (Clube Positivista)

Rio de Janeiro

NOSSA CAPA — PESCADOR DE PIRARUCU
(Bico de pena de Percy Lau)

"O pescador de pirarucu é um tipo característico de trabalhador encontrado, com freqüência, nas zonas piscosas propriamente amazônicas da grande Região Norte. É bem uma dessas distintas e singulares personagens que, na frase de M. P. e Silva, "a várzea educou para a vida, debaixo da cartilha e das conveniências do rio".

Na maioria dos casos é um índio semicivilizado, um tapuio ou mameluco, mestiço do índio com branco.

No começo da vazante (meados de agosto), ou no início das enchentes (meados de novembro), esse tipo de pescador concentra toda a sua atividade na grande pesca fluvial e lacustre, a qual se realiza, na Amazônia, mediante processos puramente regionais.

No "tempo da salga" ou verão, sobretudo durante os meses de setembro e outubro, para fins comerciais e industriais, esse tipo de pescador tem por objetivo principal a pesca do enorme peixe vulgarmente conhecido pelo nome de pirarucu. Esse nome indígena significa peixe-urucu **(piras peixe)** sendo urucu **(Bixa orellana)** o nome de um fruto silvestre, que fornece tinta avermelhada com a qual costumam os silvícolas tingir o corpo. (.....) Medindo de dois a dois metros e meio de comprimento e pesando de cinquenta a oitenta quilogramas, o pirarucu depois de preparado e salgado, pode dar de vinte a quarenta quilogramas de carne vendável. (.....) Muito poucas vezes, como já foi dito, é o pescador de pirarucu tipo de cor preta, ou mestiço, cafuz, curiboca ou mulato. (.....) o predomínio da mentalidade aborígine, a desambição, a tenacidade e o apego à vida livre — características da população amazônica — concorrem, então, para fazer, do pescador de pirarucu, um homem ingênuo, desprendido, tenaz e simples. (.....) Para a execução de seu mister, quer se trate de pesca a linha, da pesca com arpão, ou com a fisga etc., gapuiando o pirarucu, utiliza o pescador uma simples canoa de pesca, que lhe serve de indispensável veículo.

Ordinariamente, nada mais é do que uma pequena embarcação rudimentar que mede de dois a três metros de com-

primento por quarenta a cinquenta centímetros de largura. Apenas possui de vinte a trinta e três ou quarenta centímetros de altura, medidos perpendicularmente do fundo à linha das bordas. Trata-se, pois de frágil montaria, muito rasa, aliás. (.....) Consigo leva todo o equipamento indispensável à operação da pesca: duas linhas, duas bolas, cacete para matar o peixe, pequena faca, uru, cestinho de talas com tampa móvel, alguns objetos de uso pessoal. No banco extremo da popa segue o auxiliar do pescador, sentado. Geralmente um filho seu. Este, remando com um leme chato, de forma elíptica, imprime movimento e direção à pequena embarcação. No banco alto, denominado "banco do pescador", à proa, segue o pescador, às vezes de pé, tendo uma grande haste segura na mão direita. Um pé firme no banco e outro no fundo da embarcação. O olhar é penetrante e os ouvidos apurados. E lá se vai a frágil embarcação ao longo dos igarapés, ziguezagueando pelos lagos ou beirando as margens do grande rio e, de vez em quando, pára junto aos "tesos" sobre os quais as "barracas" amareladas imprimem à paisagem colorido especial. (.....) Em busca do peixe, no "tempo da salga", justamente no período mais agradável do clima amazônico, inúmeros pescadores da vizinhança, bem assim negociantes e especuladores longínquos, ocorrem aos centros de pesca, uns para pescar, outros para comprar o pescado e uns para fazer comércio ilícito, como de fato o fazem certos "regatões". De qualquer maneira, o aspecto dessas regiões é, então, animado e pitoresco. (.....) Em derredor, entretanto, a vida animal, em terra, prossegue indiferente à presença humana. Mas no igarapé próximo, do banco alto de certa montaria, um pescador prepara-se, agora, para tirar o peixe, tendo na mão direita, grande haste apontada na direção da água. (.....) E a vida do pescador continua, assim, estreitamente associada ao regime das águas amazônicas, a que, por sua vez, se subordina o êxito das pescarias." (José Veríssimo da Costa Pereira **in** "Tipos e Aspectos do Brasil", publicação da Fundação do I.B.G.E. — Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1956).

À MARGEM DA REALIDADE AMAZÔNICA

Artur César Ferreira Reis *

A Amazônia está na moda. Voltam-se para ela não mais apenas as atenções suspeitas do Exterior, mas, agora, intensamente, as dos brasileiros, que passam a compreendê-la como um espaço imenso, necessário, útil, fundamental mesmo para a empresa de criar e fazer funcionar a pontencialidade brasileira como fruto de nossa iniciativa, de nossa decisão, de nossa capacidade para realizar no vasto campo dos empreendimentos materiais e também dos espirituais.

Esse interesse que mobiliza os brasileiros de todos os setores e de todas as áreas geográficas do País, provocando investimentos que não se limitam mais aos que, no passado, asseguraram aos nordestinos a posição de relevo, decorrente da façanha culminante do "rush" da borracha, é um interesse justificado face a uma orientação objetiva do poder federal, que está abandonando a posição de simples instrumento de ação coordenadora para a de uma interferência direta, em profundidade, que assegura, à iniciativa privada, as condições necessárias à sua participação nos objetivos nacionais na área.

É preciso, no entanto, de logo, tomar consciência realista do que é ou promete ser a Amazônia. E, inicialmente, não devemos esquecer que se trata de mais da metade do território nacional, compreendendo cinco Estados e três Territórios Federais — Acre, Amazonas, Pará, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Amapá, a que, em obediência à legislação em vigor, poderemos somar trechos do espaço maranhense.

Esse império geográfico constitui o maior desafio que nos é lançado, provocando a comprovação de nossa capacidade

---

* Historiador, Sociólogo, ex-Governador do Amazonas, Membro do Conselho Federal de Cultura (MEC) e Presidente de Honra da CNDDA.

para a efetivação de um empreendimento na extensão em que ele se apresente. Exigindo, esse empreendimento, recursos financeiros e humanos, planejamentos que se libertem do ufanismo e do irrealismo. Os recursos humanos, note-se bem, não significando apenas as equipes técnicas, mas, em profundidade, multidão, humanidade quantitativamente expressiva, para efetuar a ocupação, capaz de garantir a rentabilidade da imensa região. É preciso consignar, ainda, e por fim, um elemento ponderável, muito ponderável — o elemento ou fator tempo, pois que, como veremos, sem considerá-lo devidamente, imaginando a tarefa no imediatismo que muitos imaginam, não teremos a certeza de nosso êxito. Ora, a ocupação da Amazônia, evidentemente, não se vai iniciar agora. É velha de três séculos e dela participou sempre e unicamente o Brasil, com seus contingentes populacionais disponíveis, ora por providência governamental, ora por iniciativa pessoal de nós próprios, como pessoas ou coletividades humanas. A participação do estrangeiro nessa façanha é uma participação escassa, quase sem sentido quantitativo, exceção, agora, o contingente japonês, também limitado, mas excelente, no que representa como contribuição útil, expressiva. Os projetos em execução restringem-se aos trechos abertos com a construção da Transamazônica. Não se trata, portanto, de projetos de ocupação integral, global, da Amazônia, compreenda-se bem. É certo que já se baixaram atos visando à consolidação do domínio com a desapropriação de terras em muitas áreas da região, mas sem que haja a oportunidade imediata do processo de colonização. Porque a colonização da Amazônia não é tarefa para dois ou três anos de um bom governo, um governo eficiente, decidido ao trabalho e não à política de atendimento a grupos e a particularismos. A colonização da Amazônia, e só me refiro à brasileira, exige tempo, recursos financeiros, boa técnica de trabalho, em mundo tropical, e decisão de política sem interrupções.

Para começar, registremos, vem a pergunta natural: que é a Amazônia? Sabemo-la, conhecemo-la no que importa como solo, como subsolo, como riqueza potencial? Sua identificação já foi realizada no todo, cobrindo-a através dos inventários científicos? Que podemos opinar, com segurança, de sua habitabilidade? Por que não tem crescido sua população? O que consta da vasta literatura escrita sobre ela, somando-se, como se verifica dos dois volumes de "Amazônia. Bibliografia", elaborados em ação conjunta pelo IBBD e pelo INPA,

mais o que consta dos levantamentos cartográficos, permitirá o conhecimento que leve às soluções não empíricas?

Funciona em Manaus o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e em Belém o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Instituto de Pesquisas Agropecuárias da Amazônia, o Instituto Evandro Chagas para o campo específico das chamadas enfermidades tropicais. Em Manaus, há, ainda, o recente Centro de Estudos da Amazônia Ocidental, montado pela Associação Comercial do Amazonas, e, em Belém, na Universidade Federal do Pará, o Centro de Altos Estudos da Amazônia. Atuam todos, continuando os esforços anteriores de dezenas de cientistas nacionais e estrangeiros que se atiraram, desde o período colonial, ao estudo da natureza e das demais peculiaridades da região, atuam com perseverança, coragem, mas sem grandes recursos financeiros e, conseqüentemente, com certa pobreza de pessoal para que seja possível o conhecimento exato do que a Amazônia significa, do que é, realmente.

Vivendo-se, hoje, um mundo dominado pelo tecnicismo, que provoca a grande revolução das mudanças em todos os setores da vida humana terrena, não é aceitável, portanto, que a empresa de conquista, de posse, de utilização da Amazônia continue a processar-se sem que, para tal, haja a contribuição essencial da tecnologia mais avançada, de que o Brasil já possui muito, embora, ainda, nesse particular, não possuamos a riqueza desejável, necessária. Daí, ainda persistirem afirmações cavilosas, dúvidas, restrições que se justificam por aquela ausência de uma certeza certa sobre o mundo amazônico.

Do clima, disse Euclides que era caluniado. Bates denominara-o, muito antes — "glorious". Da habitabilidade, Djalma Batista, com a autoridade de homem de ciência, afirmou não ser negativa, pelo que a presença humana era possível, sem riscos maiores. A tese da impossibilidade de êxito do homem no mundo tropical, e a Amazônia é parte integrante dele, perdeu sentido. O maior defensor que ela possuia, o professor Pierre Gourou, autor de famoso livro, "Les Pays Tropicaux", é agora o defensor dos trópicos, como se pode concluir de sua conferência sobre "O futuro dos trópicos úmidos", conferência que foi traduzida e divulgada nas "Edições do Governo do Amazonas", e onde sustenta: "Os trópicos úmidos são o futuro agrícola da humanidade."

No particular da salubridade, desde os estudos de Afrânio Peixoto, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, ao que vem revelando a ação sanitária oficial, passando pelo ensaio de Artur Viana,

quando mostrou que as enfermidades regionais eram importadas e haviam chegado nos barcos que faziam o relacionamento humano e mercantil entre a região e os outros portos do mundo, já não se admite a impossibilidade de o homem vencer face às doenças que lhe dificultariam ou impediriam a ação construtiva.

Para particularizar, numa generalização, a Amazônia, tenhamos em vista, desde logo, a rede hidrográfica e a floresta fechada e contínua que lhe marcam a fisionomia, o que não exclui, é certo, áreas em campos naturais ou criados pelo homem, mas campos que não possuem a força quantitativa e expressiva da floresta gigantesca, que ocupa 3 900 000 de quilômetros quadrados, sendo superada, apenas, pela da União Soviética.

A floresta, variadíssima, heterogênea, o que não facilita a exploração em termos de ação não predatória, mas tecnicamente orientada, vem sendo o obstáculo maior à permanência do homem na chamada "terra firme", isto é, aquela em que ela é soberana e até onde as águas das cheias, por maiores que sejam estas, não chegam com o volume e a extensão característicos dos grandes movimentos fluviais.

A rede hídrica, de seu lado, tendo valido ao homem para penetrar a região, corta-a em todas as direções. Foi o caminho natural para a aventura humana e seu potencial não encontra símile na terra. Bacia de 6 100 000 km², que se espraia por seis nações (Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Brasil) soma 3 900 000 só no Brasil. Às margens dos rios que a integram, tem vivido a população amazonense. É, portanto, muito fácil compreender porque a rede hídrica, como a floresta, compõem o fundamento da paisagem natural da Amazônia, paisagem natural que deve ser alterada, para a operação de conquista e domínio do espaço físico, sem que, no entanto, essa operação seja promovida drasticamente, isto é, sem o respaldo dos planejamentos cientificamente elaborados e cumpridos. Sim, cumpridos. Porque seria até criminoso programar, planejar e não tornar efetivos os planos e programas, para ceder-se a conveniências passageiras, temporárias, pessoais, de grupos poderosos e indiferentes ao futuro mais distante, como, aliás, vem sucedendo continuadamente.

Essa operação de conquista e de domínio não pode, todavia, continuar a ser uma operação, insisto, promovida somente pelos homens que nela se realizam e pelos que forem chegando com o mesmo objetivo. Faz-se necessário que se

proceda, antes, à elaboração de projetos tendo em vista o meio natural na sua condição específica, a conveniência desta ou daquela iniciativa, rigor técnico, aproveitamento de experiência já alcançada. Os tipos humanos mobilizados precisam ser preparados para a empresa. A lição do passado, inclusive o menos distante, aquele do "rush" da borracha, precisa ser refletida, evitando-se a penetração e uma posse realizada com decisão, coragem dos que a efetivarem, mas com os resultados negativos que todos reconhecemos. Aqui será conveniente explicar que, se desse ato de heroísmo que foi a penetração da Amazônia pelo colono ibérico e, posteriormente, pelos maranhenses e nordestinos, resultou a ampliação da área territorial política, e o episódio do Acre é o mais imediato, nem por isso devemos deixar de lado que tudo foi conduzido num empirismo de procedimento que não trouxe os resultados econômicos, materiais, que seriam de desejar, alterando-se o quadro regional por efeito de procedimentos criadores, permanentes e não apenas passageiros ou de relevo pouco ponderável. Insisto na observação — não nego os resultados políticos nem contesto o heroísmo dos que participaram do empreendimento bandeirante, mas a maneira primária que o marcou.

Que as equipes técnicas que programaram agora a nova etapa da conquista não se amarrem, porém, a linhas de um teorismo livresco, mas se conduzam realisticamente. Não podemos continuar a experiência infindavelmente.

Os recursos financeiros para tamanha ação política, de seu lado, devem ser altos e usados com segurança. O Brasil não dispõe de capitais em abundância para lançá-los desavisadamente. E o apelo à ajuda ou participação do capital estrangeiro, numa operação desse tipo, é sempre perigosa. O nacionalismo a obedecer-se, não significando hostilidade ao que venha do Exterior, representado em mão-de-obra, tecnologia e investimentos financeiros, precisa ser uma constante que não prejudique mas também não seja ultrapassado pelos interesses de grupos não nossos, indiferentes às nossas reivindicações, necessidades e só atentos aos deles mesmos.

A onda nacionalista, que envolve o mundo, importa na reação dos povos subdesenvolvidos, cansados da exploração impiedosa dos povos que desejam permanecer crescendo, progredindo à custa do suor, do sangue e da liberdade dos menos afortunados. A idéia da existência de povos pobres e de povos ricos não é uma idéia vã, sem fundamento. É real e vem conduzindo o mundo ao estado de insegurança que expe-

rimentamos e precisa ser modificada em benefício de todo o imenso mundo. Os recursos financeiros necessários à empresa amazônica, em conseqüência, devem ser aqueles de que a presença brasileira dispõe e de que os incentivos fiscais, bem conduzidos, são um aspecto positivo.

No **uso da terra,** esses capitais, a melhor tecnologia e o contingente humano não podem continuar o processo predatório de ontem. Discute-se se esse solo é, efetivamente, rentável. Opinam ecólogos que ele é pobre em grande extensão, não significando o fato que os solos ricos não existam, porque existem. E os pobres podem ser alterados, enriquecidos para a empresa agrária com o tratamento adequado. Acabou o tempo em que o homem cedia aos rigores do meio físico. Com o avanço das ciências do solo, acabou o lado negativo que ele apresentava, para nele criar-se a área útil, onde realizar a tarefa agrária com sucesso, rendimento total. Dir-se-á que será caro esse tratamento, para o resultado compensador. Responderemos que a civilização, como lembrava Olavo Bilac em crônica famosa, custa caro, muito caro.

Não nos beneficiamos dela, nem a promovemos, elaboramos, a baixo custo. Essa uma verdade velha, incontestável.

Até recentemente, a agricultura de sustentação na Amazônia era promovida nas várzeas, que acompanham os rios. A novidade representada pela juta: lavra-se nas várzeas. Na "terra firme", onde a floresta é a majestade, a lavoura não apresentava rendimento, dificultada pelo império da floresta, onde se executa o extrativismo, que condicionou a presença humana na região.

E o subsolo? Durante muito tempo, sustentou-se, na base do que se sabia de geologia regional, que ele não oferecia a compensação desejada. O que nele se encontrava, de interessante a uma economia racional, não tinha expressão, pelo menos quantitativamente. Até que ponto seria uma verdade a conclusão, pode aferir-se pelo que sabemos hoje a respeito. As descobertas continuadas de depósitos de minérios da mais variada espécie respondem cabalmente, já motivando, inclusive, a exploração de muitos desses depósitos. O ouro e os diamantes, no Tapajós, no Gurupi, no Tocantins no vale do rio Branco, eram constatações antigas e explorações também antigas. Agora é a bauxita, o ferro, a cassiterita, o manganês, o linhito, que se inscrevem na relação dos minérios constatados. O Projeto Radam, nesse particular, vem constituindo um instrumento de revelação que está mo-

dificando profundamente o quadro, pobre ontem, para o quadro rico de hoje.

Os campos de Pussiari, entre o Madeira e o Purus, os campos do Rio Branco, os do Marajó, os do Baixo Amazonas, são áreas onde o criatório é processado, sem que em muitos deles, haja o esgotamento da disponibilidade. Se o Marajó e, todo ele, na parte dos campos naturais, terra possuída legalmente e com passado que principia no século XVII, nos outros o que é passível de ocupação está ainda em aberto, em convite franco, que dispensa a ação predatória que se constata agora em áreas florestais que estão sendo destruídas para nelas montar-se a área nova para o criatório intensivo.

De tudo podendo concluir-se que, no solo, no subsolo, na floresta, nos campos, há matéria-prima para a atividade econômica rentável e a possibilidade da implantação do novo quadro industrial no País, capaz de permitir a conquista de mercados dos países vizinhos, que também começam a efetuar, em seus respectivos territórios, uma política de ocupação, que não será concorrente, antes dependente.

Dissemos que o homem regional teve e ainda tem, na rede hidrográfica, a facilidade para a penetração, a expansão e a conquista inicial. Chamaram os portugueses ao rio Amazonas de "estrada real". Porque era o grande caminho que lhes permitiu o acesso fácil à hinterlândia e de que resultou a incorporação dela ao império que criaram na Sul América, e é o Brasil na atualidade.

A ocupação das terras interiores, dominadas pela floresta, não se processou. A abertura da ferrovia de Belém a Bragança, como, depois, a Madeira-Mamoré, constituíram as páginas iniciais da nova ação humana, agora sobre a "terra firme", e a respeito do que importaram, nesse particular, há literatura específica interessantíssima, tanto mais quanto, em especial na "bragantina", ao longo da estrada, criaram-se núcleos de ocupação que são hoje municípios prósperos do Pará.

A rodovia veio como conseqüência. No Acre, estabelecida em definitivo a soberania brasileira, projetou-se rodovia que ligaria as áreas distantes dos vales do Purus-Acre com as do Juruá. Seria a "Estrada Lobão", que a cortaria de leste-oeste. Não foi executada. Euclides da Cunra imaginara uma ferrovia, uma Transbrasiliana. Vieram, depois, os projetos de ligação de Manaus com o Rio Branco, Macapá-Guiana Francesa. De real, a Belém-Brasília, em pleno funcionamento, e

os trabalhos de execução da Cuiabá-Santarém, Manaus-Boa Vista, Transamazônica e Perimetral Norte.

Em meu governo, concluí a Manaus-Itacoatiara, a Manaus-Manacapuru, e iniciei a Porto Velho-Manaus, a Humaitá-Labrea, aquela às vésperas de sua inauguração oficial. Uma outra, de cuja continuação incumbiu-se o Exército, ligava Cuiabá a Porto Velho, estrada de penetração, de que pouco se falou, mas de indisfarçável importância econômica e política face ao plano nacional de integração.

No caso da Brasília-Belém, com 2 123 km de extensão, os resultados, positivos, são: em 1960, viviam, ao longo dela, 100 000 habitantes; em 1970, já somavam 2 milhões. Os núcleos urbanos limitavam-se, em 1960, a 10; em 1970, eram 120. O rebanho bovino inexistia em 1960; em 1970 contavam-se já 5 milhões de cabeças de gado.

A Transamazônica, de que hoje tanto se desfaz, é o grande acontecimento rodoviário. Fará a ligação do Brasil Atlântico, no Nordeste, com o Pacífico. Porque, atravessando o Acre, irá encontrar-se com a "Rodovia da Selva", aberta, no Peru, para ligar a Amazônia peruana ao litoral peruano naquele oceano, aberta pelo presidente Belaúnde Terry. A Perimetral Norte fará a ligação da costa atlântica do Amapá com o Alto Rio Negro, na região de São Gabriel, cercanias da fronteira com a Colômbia e área onde atuam as missões salesianas, e de onde saem índios brasileiros para trabalho naquela república confinante.

A rede rodoviária em construção, com a participação da iniciativa privada e dos Batalhões de Engenharia do Exército, visa à penetração audaz da "terra firme", sua ocupação e sua utilização, tirando o homem amazônico da beira do rio, que não desprezará, mas a que não deverá continuar preso, sem a perspectiva de novas fontes de recursos e de riqueza. A rede rodoviária, de outro lado, está encerrando o capítulo do distanciamento entre os Brasis, do arquipélago cultural que Viana Moog, Gilberto Freyre e Diegues Júnior propuseram como característica do Brasil-continente. É, nesse particular, ponto positivo, muito positivo, da política de governo visando dinamizar a integração nacional.

Cabe aqui uma referência especial ao papel das forças armadas na região. Os chamados "pelotões de fronteira" não se restringem ao papel de manter a soberania nacional em nossos limites com os vizinhos. Atuam na empresa de colonização e de civilização, ativando a vida regional. A Força Aérea põe em contato permanente os núcleos, perdidos na

hinterlândia, com os centros político-culturais, assegurando-lhes, em conseqüência, inclusive, a consciência de que são parte integrante, efetiva, da comunidade brasileira, não sendo dela ignorados. Os vôos que essa força promove continuadamente, valem, intensamente, nessa operação admirável de integração. Quanto à Marinha, os barcos que compõem a força naval, de quando em quando sulcam as águas dos vários cursos que compõem a bacia hidrográfica, levando às populações ali localizadas a presença de médicos, dentistas, remédios, que suprem as deficiências gritantes que ainda ocorrem nesse particular. Porque, cabe aqui o esclarecimento necessário, a rarefação populacional e sua distribuição irregular, implica na impossibilidade da ação permanente das autoridades locais, dificultadas, pela enormidade do espaço, na execução de medidas visando à educação e à saúde.

O distanciamento naquele mundo gigantesco, que não devemos nunca ignorar toda vez que tivermos de tentar compreender a problemática regional, começa, por exemplo, a ser vencido, no tocante às telecomunicações. A rede dos telefones que começa a cobrir a Amazônia, tirando-a do isolamento, constitui empresa de alto teor cívico. Lembro que, quando governei o Amazonas, e iniciei a montagem dos serviços telegráficos para o interior, através de Companhia que então organizei, quase não ouvíamos as estações de rádio do Rio de Janeiro. No entanto, Nova Iorque, Havana, Moscou, eram perfeitamente ouvidas. Hoje, mudou o quadro. De Tabatinga, um Ministro das Comunicações falou com o Presidente Médici, que, no momento, se encontrava no Palácio Piratini, em Porto Alegre. O uso do rádio de pilha, de seu lado, vem facilitando aos que o utilizam, no interior, a informação que os ilustra e tira do isolamento, pondo-os na convivência da civilização, aproximando-os do mundo mais distante.

O relacionamento com o mundo distante processava-se pela via marítima, desde o período colonial. Com a abertura do rio Amazonas à navegação universal e o "rush" da borracha, esse relacionamento, pela via marítima, intensificou-se. Barcos de várias procedências, no intercâmbio mercantil, subiram e desceram o Amazonas. Uma frota mercante interna, desde a companhia que Mauá criou às da iniciativa das "casas aviadoras", de Belém e Manaus, multiplicam esse relacionamento, levando o nordestino, que ia instalar-se nos seringais e deles trazendo a produção que se exportava para os Estados Unidos e para a Europa. Belém e Manaus, então,

tornaram-se centros ativos da vida urbana e do progresso material. Cresceram efetivamente e se tornaram pólos de interesse fora do Brasil. A "queda da borracha", como se denominou a nossa perda de monopólio face à concorrência do Oriente, trouxe o desencorajamento, a perda de substância que agora começa a restaurar-se.

À Zona Franca de Manaus, onde se criou um pólo vital para o desenvolvimento regional, pode ser atribuída uma função ponderável nesse novo momento que a Amazônia experimenta.

Inicialmente foi o porto franco de Manaus, criado no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, conseqüência de projeto apresentado à Câmara Federal pelo deputado Francisco Pereira da Silva. Não chegou, porém, a funcionar na plenitude de seus objetivos.

Quando assumi o Governo do meu Estado, o Amazonas, em exposição que dirigi ao Presidente Castelo Branco e ao Ministro Bulhões, da Fazenda, sugeri ou a extinção ou sua reestruturação. Atendendo às minhas reflexões, S. Exa., o Presidente, determinou o exame da matéria, constituindo-se comissão, no Ministério do Planejamento, sob a coordenação do Dr. Arthur Soares Amorim, Chefe do Gabinete, comissão que, considerando também as experiências do que havia, nesse particular, na Colômbia e na Bolívia, nas áreas de fronteira daqueles dois países com o Brasil, elaborou texto criando a Zona Franca de Manaus, texto aprovado e transformado em lei.

Os primeiros tempos da Zona Franca, que substituiu o Porto Franco, provocaram interesse imenso pela comercialização de produtos estrangeiros, o que determinou a abertura de muitas centenas de casas de comércio e um mercado de empregos, que nem no período áureo do "rush" da borracha fora verificado. Em quatro anos, conforme relatório da Superintendência da Suframa ao Ministro da Justiça, registraram-se 1 130 firmas novas instaladas em Manaus. A renda per capita e a poupança líquida naquela capital, lê-se no referido relatório, subiram, respectivamente, de Cr$ 500,00 para Cr$ 3 047,00 e de Cr$ 699,00 para Cr$ 1 056,00. A importação de produtos industriais brasileiros, em competição com a mercadoria estrangeira, já ascende a uma taxa de 85,5%, no quatriênio.

A Zona Franca, no entanto, deve realizar-se, também, através da implantação de parque industrial, de que já foram aprovados, até 1971, 80 projetos, número que cresceu posteriormente. Essa implantação fazia-se lentamente. A Supe-

rintendência, mais recentemente, pressionou os que haviam tido seus projetos aprovados e, em conseqüência, a montagem se faz agora com mais intensidade, no chamado "distrito industrial", em cujas cercanias a FAB conclui aeroporto supersônico. Mais de Cr$ 8 000 000,00 foram investidos na montagem de infra-estrutura do distrito, que não destruiu a cobertura verde da floresta, mantida nas baixadas, encostas e áreas não edificáveis. Um distrito agropecuário foi estabelecido também, em área concedida pelo Governo do Estado, toda essa nova atividade sob controle e assistência técnica do IPEAM e do INPA.

A ativação do processo de desenvolvimento regional não pode, no entanto, ser realidade mais palpável se não ocorrer a ocupação humana, pondo-se termo ao vazio demográfico que ali se constata e constitui o maior vazio demográfico do mundo, na atualidade. E isso porque não a compõe apenas a Amazônia Brasileira, lembremos, mas também as outras Amazônias, isto é, a boliviana, a peruana, a equatoriana, a colombiana e a venezuelana .

O problema da ocupação, interessando os seis países, é problema dos mais sérios para a própria estabilidade e segurança, não apenas da região e dos países que a integram, mas de todo um mundo que, face à explosão demográfica, procura espaço onde localizar os excedentes populacionais, numa ação de humanidade e de bem-estar. Nesse particular, já se elabora e faz circular literatura específica, que indica a Amazônia como área disponível, que deve atender àqueles reclamos universais, de certo modo até marginalizando-se os direitos de soberania que possam ser invocados pelos países que compõem o mundo amazônico.

Dir-se-á que tal ocupação, que exigirá, volto a manter-me na afirmativa, tempo, recursos técnicos e financeiros, planejamento realístico e compreensão do que a operação não pode mais ser conduzida sem respeito à problemática ecológica e ao princípio, vencedor em toda parte, de que a natureza não deve mais ser trabalhada em termos de sua destruição, será uma ocupação difícil e para a qual, em nosso caso particular, o Brasil não possui o necessário para promovê-la, inclusive no que diz respeito às vagas humanas.

Faz-se necessário, digamos francamente, a adoção de uma nova política populacional no Brasil. Não a dos que pregam a limitação da natalidade pura e simples, mas a da distribuição e localização planejada, bem conduzida, da população brasileira, política a ser posta em execução com certa

rapidez, de maneira a evitar êxodos desatinados, de resultados negativos e, o que é pior, a acusação que já se lança sobre nós de que estamos lançando as nossas populações em êxodo sobre áreas de fronteira de países que conosco confinam, em ação política imperialista condenável.

A presença humana na Amazônia, presença de que resultou a posse física e o domínio político, não começou agora, mas há séculos, quando portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses a disputaram, vencendo os portugueses, que, senhores do delta do rio, por ele subiram, atingindo-lhes os afluentes, pelos quais alcançaram Goiás, Mato Grosso e as terras espanholas do Marañon, do Cassiquiari, até onde foram os sertanistas que partiram de Belém. Os contingentes mobilizados para a façanha, nos séculos XVII e XVIII, não se expressaram ponderáveis do ponto de vista quantitativo. Os casais açorianos, chegados no século XVIII, com os que haviam vindo nos períodos anteriores, não somavam de maneira a permitir uma política de povoamento como sucedeu em muitos outros pontos do Brasil nascente. A multidão indígena, que valeu na identificação da natureza, guiou as embarcações, foi mão-de-obra nas tentativas de empresa agrária, deu o seu sangue no processo de miscegenação incentivado pelo poder público, essa multidão indígena é que, na aliança ou entendimento com o ádvena, assegurou a soberania portuguesa e deu os fundamentos econômico-culturais que caracterizam ainda hoje a Amazônia. A contribuição maranhense e nordestina, nos séculos XIX e XX, representou contribuição de alto sentido, pois que foi com ela que se abriram novas frentes que nos levaram à incorporação do Acre e de altos rios, até então pouco sabidos ou utilizados na façanha do extrativismo vegetal. O contingente estrangeiro, é de assinalar-se, nunca teve sentido. Foi insignificante.

Os índices demográficos da Amazônia importam no reconhecimento de que o crescimento populacional vem sendo lento, devendo preocupar quantos compreendem o que isso representa, inclusive para a segurança e o desenvolvimento nacionais.

A política governamental visando à integração da Amazônia ao complexo brasileiro, é tempo de recordar, também não é episódio atual. Houve, no período colonial, em especial na fase do Consulado político do Marquês de Pombal, programas, projetos portugueses de que resultou a ampliação territorial e sua primeira defesa e utilização consciente. Sob o Império, não aconteceu a prática de providências mais

atuantes, o que não pode levar-nos à conclusão simplista de que ele ignorou a existência do extremo norte, pois que o defendeu no episódio da abertura do rio à navegação internacional e na fixação dos limites com os Estados vizinhos. Sob a República, o chamado "Plano de Defesa da Borracha", na verdade um Plano de Estado de maior importância, amplitude, criado no Governo do Presidente Hermes da Fonseca, mas infelizmente não tendo passado de texto legal, revelou a existência da preocupação oficial. Mais tarde, além de medidas isoladas, criada a SPVEA, deu-se início a uma iniciativa oficial que não recebeu, de imediato, a compreensão nacional. Um Plano Qüinqüenal, então elaborado e que cobriu os mais variados aspectos da realidade e da problemática regional, não teve andamento no Congresso Nacional. A disciplina que o Plano impunha não encontrou acolhida entre os congressistas, habituados a usar o Orçamento da República no paternalismo político-pessoal, a que o planejamento punha fim.

Em Conferência que proferi em Manaus sobre "A Revolução de Março e a Operação Amazônica", expus, em minúcias, as desventuras dos organismos oficiais no esforço por conduzir e executar a política governamental de colonização e de integração. Como, posteriormente, em conferência no Conselho Técnico da Confederação do Comércio, sobre o que intitulei de "A verdade sobre a conquista da Amazônia", historiei os fatos e tentei uma indicação do que a problemática amazônica representava como parte da problemática brasileira e em torno da qual o poder constituído faz esforços, agora sob novo estado de consciência da nação, ao enfrentá-la, dar-lhe as soluções certas, objetivas, de êxito. Indiquei, então, o que me parecia fundamental como proposição realística da região, como conseqüência dos inventários mais recentes de especialistas da área. Escrevi: "leiam-se para uma consciência exata do que a Amazônia vale e está principiando a converter-se em realidade, os livros, em que não há páginas líricas, ufanistas: do Coronel Darino Castro Rebelo, edição do Ministério dos Transportes, intitulado "Transamazônica, Integração em Marcha"; de Armando Mendes. "Viabilidade Econômica da Amazônia", edição do Banco da Amazônia; "Agricultura nas Várzeas do Estuário do Amazonas", de Rubens Rodrigues Lima, diretor do IAN; "Estradas para o Desenvolvimento", de Armando Mendes; "Recursos Minerais da Amazônia", de Clara Pandolpho; "Da Habitabilidade da Amazônia", de Djalma Batista; "O problema da Colonização da Amazônia", de Adriano

Menezes; "Desenvolvimento de uma Economia Florestal na Amazônia", de Jean Dubois; "Notas sobre a Fitogeografia da Amazônia Brasileira", de A. Ducke e C. A. Blac; "A Conservação da Natureza e Recursos Naturais na Amazônia Brasileira", de José Cândido de Melo Carvalho; "Desenvolvimento Florestal no Vale do Amazonas", de R. Gachot, M. N. Gallant e E. P. Mograth; "O Conteúdo de Fósforo de Alguns Solos da Amazônia", de Lúcio Salgado Vieira; por fim, as considerações magníficas que, para o Simpósio que a Câmara Federal promoveu recentemente, elaborou, a respeito do "processo de ocupação da Amazônia", o Promessor Samuel Benchimol. Frutos maduros da investigação direta, de campo, esses livros, na vasta literatura de 13 396 títulos, inventariados nos dois volumes publicados pelo INPA e pelo IBBD, divulgam, no realismo que a marca, uma Amazônia que deve ser ocupada e utilizada pelo que vai assegurar à potencialidade do Brasil".

A Amazônia está hoje na linha das atenções, das preocupações do Brasil. Sinto-me profundamente feliz com essa atitude de meu País. O que escrevi e o que afirmei em livros, conferências, entrevistas, artigos, não foi inútil. Os homens que, no passado e no presente, tentaram a tese de que a Amazônia era fundamental ao crescimento do Brasil, estavam certos.

VIAGEM PELO RIO AMAZONAS — 1976

Tácito Reis de Freitas *

Tenho tanta fascinação pelo nosso grande rio que, conhecendo-o desde 1919, sempre que encontro nova oportunidade, vou revê-lo. Já viajei por ali nos antigos navios gaiolas, no navio fluvial "Lobo d'Almada", em vários navios do Lloyd Brasileiro.

Da última vez, em janeiro deste ano, novamente ali voltei, pelo "Ana Néri", tomando parte no 39.º Cruzeiro do Touring Clube. Visitamos Recife, Belém, Manaus, Fortaleza, Salvador e Santos, chegando de volta ao Rio a 5 de fevereiro. Foi muito interessante e proveitosa a viagem.

Como está no título deste trabalho, interessa-me a viagem pela grande caudal.

FUROS DE BREVES

Saímos de Belém a 16 de janeiro, às 22 horas, debaixo de grande aguaceiro. Às 7 horas do dia seguinte entramos nos estreitos — prefiro usar a denominação de furos, a meu ver mais correta — passando pelo farol de Boiaçu, que marca a entrada do primeiro furo e que tem o mesmo nome. Sei que vamos navegar pelos furos de Boiaçu, Tajapuru e Limão, para atingirmos, depois, o rio Amazonas. Durante a noite passada viajamos pelo estuário do rio Pará, atravessando as baías de Marajó e Limoeiro. Os furos, chamados de Breves, têm esse nome devido à concessão de sesmaria feita pelo fundador de Belém e seu primeiro governante, Francisco Caldeira Castelo Branco, a dois irmãos portugueses de sobrenome Breves, que lavraram a primeira roça na região que hoje abriga a cidade que lhes herdou o nome, que se estendeu a

---

* General. Presidente efetivo da CNDDA.

toda a região dos furos. Fica a cidade na parte mais ocidental da ilha de Marajó, no furo do Parauaú. Por tal furo hoje só trafegam os navios menores. Já passei por Breves a bordo do "Lobo d'Almada", em 1957.

A região dos furos — segundo o professor Jacques Huber, que foi diretor do Museu Goeldi de Belém, em seu trabalho "Contribuição à Geografia Física dos Furos de Breves e da parte ocidental de Marajó" (in "Boletim do Museu Paraense" — Vol. III-1902) tem os seguintes limites: "ao N. pelo furo ou mais exatamente Paraná-mirim de Uituquara (rio Amazonas), a O. pelo furo do Tajapuru e sua continuação meridional, o Tajapuruzinho, a E. pelo rio dos Macacos e o rio dos Breves e ao S. pelas baías de Portel, Melgaço e dos Bocas (rio Pará)".

Os furo sofrem a influência tanto das águas do rio Amazonas como das do rio Pará. O espetáculo da natureza aí é único. Os navios passam, por vezes, com ambos os bordos encostados à mataria a ponto de quase se poder tocá-la. Ao alto, o céu; em baixo a lâmina d'água, aos lados o verde da mata amazônica. São oitenta milhas náuticas de travessia dos furos, seis ou mais horas de viagem, conforme a velocidade dos navios e a força das correntes da maré atlântica, que pelo S. penetra nos furos pelo rio Pará e, vindo do N., pela caudal do Amazonas.

A descrição, entre outras, mais fiel que conheço da região dos furos é a do escritor Raimundo Moraes, que comandou durante muitos anos navios gaiolas por toda a rede fluvial do Amazonas e seus afluentes, de cujo capítulo do seu livro "Na Planície Amazônica" (3.ª edição da Civilização Brasileira, de 1926), "Os Furos de Breves", transcrevo alguns trechos:

> "(. . .) quem hoje sobe para Manaus, em curva obrigada pela metrópole paraense, tem, forçosamente, de atravessar os Furos de Breves. Labirinto extraordinário de mil fios líquidos, entre um flanco do Marajó e as rechãs levantinas do continente, foi tecido pela ação ininterrupta das águas, pelo trabalho dinâmico do rio. É aí que se vê, de bordo dos gaiolas e transatlânticos, a floresta surgida na gleba mais baixa e nova do grande vale, e, talvez, mais baixa e nova de todo o orbe. (. . .) Onde agora se levanta aquele território retalhado de furos, já passou, em dias remotos, um braço do Amazonas, profundo e vasto. (. . .) Fora o azul do éter, limpo e brunido lá no alto, e a toalha da corrente, serena e parda em

baixo, tudo mais é verde. (...) O panorama sempre repetido e uniforme, exaustivo nos horizontes, parece estático, embora de fato haja um surdo e incessante movimento construtivo. Apenas o homem, intruso, chegando ali adiantadamente, suaviza o aspecto tristonho e igual daqueles ermos. Aqui, acolá na ourela das artérias, no ângulo das confluências, na foz dos igarapés, — barracas, choupanas, habitações de telha, paperis, todos sobre os espequas da paliçada que evita a preamar. (...) E nas águas de todas (as moradas), pobres e ricas, quando os navios passam velozes, rasgando cachões brancos de espuma à proa, a criançada, a curuminzada, no dizer regional, nua, dentro de canoas que antes recordam brinquedos chega-se quanto possível ao cocoruto das ondas. (...) Como o cavalo do árabe, a canoa é o veículo da gente das Ilhas. Ninguém se transporta de um sítio a outro do encantado meandro, por mais perto que seja, senão no banco das montarias esguias, asseadas, ligeiras. Rema-se à prôa, rema-se a meia-nau, rema-se à ré. Umas têm quilhas, outras não têm, algumas têm o joão-de-pau, substituto do leme e do jacumã. A sociedade simples dos seringueiros, na prática natural da reza, dos enterros, das missas, transporta-se na piroga; os defuntos vão pra cova embarcados, embarcados vão os noivos, os padeiros, as procissões, os caçadores, os comerciantes, os trabalhadores, os eleitores, os namorados, os músicos. O rio é a rua! (...) Mais para o interior... estendem-se os pauis soturnos, protegidos de árvores aquáticas,cobertos de ninféias, charcos escuros onde moram as cobras grandes, os jacarés, os peixes do mato. Mas o que empolga e extasia a quem vence de relance aquelas oitenta milhas sinuosas de estreitos, são os furos, tranqüilos, silentes, esmeraldinos; são os túneis, vergéis alcatifados; são os canais que se juntam, se repartem, se esgalham, se cruzam, se ligam numa anastomose maravilhosa. A sensação ótica transmitida por essas painéis verdoengos, que caem sobre o mataime ribeirinho, é de uma flora nascida n'água, tão furtivas e retraídas se mostram as ravinas. (...) Os furos que fazem aquela renda de prata em tela de esmeraldas, resultam de um levantamento telúrico. Cada ilha, das que apertam os canais, é um bloco trazido de longe pelo Amazonas, corresponde a um núcleo de formações deltaicas, significa o grão de areia, o detrito mineral, a vasa vegetal, que se

fundem e se misturam no plasma da gleba que vai ligar Marajó ao continente. (...) Tanto é assim que os próprios roteiros, obrigados pela ondulação do álveo, se modificam, forçando desvios na singradura. (...).

JOGA, CUNHADO!

Desde que aqui passei, em 1968, em uma viagem normal do "Ana Néri" que venho notando que as populações dos furos, logo que os navios entram nos mesmos, vêm mendigar junto aos barcos que passam, remando em canoas que se aproximam ao máximo do navios, cuja marola deixada à popa enfrentam, corcoveando sobre as ondas. Vêm homens, mulheres, crianças, geralmente um por canoa, e ao se aproximarem gritam: **Joga, cunhado!**

Desde antes de Recife, a equipe do Touring que se encarrega da vida social a bordo, veio promovendo — como já se tornou tradição — a coleta de dinheiro que servirá para a compra de doações às populações dos furos ou estreitos. E os passageiros, com a equipe do Touring, mobilizam-se não só para as contribuições em dinheiro, como também para o trabalho de preparação dos sacos plásticos que irão conter os donativos dos passageiros — cerca de 500 nesta viagem — sacos que são atados a pequenos balões inflados, que têm por finalidade impedir que os sacos afundem antes que sejam apanhados pela população ribeirinha, que, sôfrega, vem em busca dos mesmos, remando nas canoas. A maioria apanha as dádivas.

Os diferentes materiais a distribuir são comprados em Recife e Belém e, na noite da véspera da passagem dos furos, senhoras, moças, rapazes ficam até tarde empenhados na tarefa de organizar os presentes. Pela manhã, amontoados bem à popa do navio, são os pacotes atirados gradativamente pelos passageiros à água, na direção do enxame de canoas que vêm em busca dos mesmos, saídas de ambas as margens.

Dias depois da distribuição, o jornalzinho de bordo, "Coisas Nosssas", publica a prestação de contas do dinheiro arrecadado, na importância total de Cr$ 16.247,40, encabeçada pelo editorial: "É DANDO QUE SE RECEBE — O balanço que estamos apresentando é uma demonstração da sua generosidade.

Se não resolvemos o problema dos pobres, resolvemos o nosso. Aprendemos a pensar nos outros e que a felicidade está mais em dar que em receber. O importante não

é dar muito, é dar o que temos, que se multiplica com as bençãos de Deus. (...) O caboclo sorriu com o nosso presente e deixamos para eles a imagem de que são bons os homens civilizados."

Depois de apresentar a relação das compras feitas em Recife e Belém, o jornal diz que foram lançados 800 pacotes ou sacos plásticos, cada um deles contendo: — 1 pacote de velas — 1 pacote de fósforos — 1 quilo de sal — 1 rolo de linha de pesca — 1 carretel de linha de costura — 2 agulheiros — 1 tablete de sabão — 1 calcinha — 1 short — 6 anzóis pequenos — 4 anzóis médios — 1 anzol grande — 1 balão de ar — Balas. — Cada presente custou em média Cr$ 20,00.

Não é preciso dizer que toda a população dos furos é cabocla, de ascendência indígena total, como aliás a maioria das populações do vale amazônico — pois é este o grande refúgio, desde séculos, das nações indígenas brasileiras, que, acossadas por todos os lados pelos colonizadores, ali vivem hoje uma vida miserável e medrosa, agora sob o guante das frentes pioneiras da nossa chamada civilização, que não cessam de fustigá-las, matando os verdadeiros donos da terra e invadindo as reservas de terras que lhes são destinadas.

O que teria levado as populações dos furos a passar a mendigar dessa maneira, se antes não era assim? Se anteriormente, apenas esta ou aquela canoa vinha saudar os passageiros dos navios itinerantes, enquanto quebravam a monotonia da vida nos furos, de águas sempre muito calmas, pegando a marola dos navios com suas igarités, que sobem e descem nas ondas da esteira deixada à popa? Acabou-se a borracha das Ilhas? — Agora o trabalho em grande escala é apenas a extração e beneficiamento da madeira. E outras pequenas atividades. Nas barracas e choupanas das margens, parece haver mesmo miséria e pouco e nenhum trabalho. Vivem, ali, da pesca e da caça, brasileiros abandonados de tudo e de todos. Percebe-se a magreza, a subnutrição dos que vêm pedir esmolas junto aos navios, num grito aflitivo de **Joga, Cunhado!**, grito este ainda revelando nas gerações que vão sucedendo ao índio primitivo, aquele traço de afetividade, inata em nossos avós da selva, que chamavam aos **muito velhos** de **avô** e **avó**, aos **menos velhos** de **tios**, e aos da mesma idade, aos amigos, chamam fraternalmente de **cunhados**.

é dar muito, é dar o que temos, que se multiplica com as bençãos de Deus. (...) O caboclo sorriu com o nosso presente e deixamos para eles a imagem de que são bons os homens civilizados."

Depois de apresentar a relação das compras feitas em Recife e Belém, o jornal diz que foram lançados 800 pacotes ou sacos plásticos, cada um deles contendo: — 1 pacote de velas — 1 pacote de fósforos — 1 quilo de sal — 1 rolo de linha de pesca — 1 carretel de linha de costura — 2 agulheiros — 1 tablete de sabão — 1 calcinha — 1 short — 6 anzóis pequenos — 4 anzóis médios — 1 anzol grande — 1 balão de ar — Balas. — Cada presente custou em média Cr$ 20,00.

Não é preciso dizer que toda a população dos furos é cabocla, de ascendência indígena total, como aliás a maioria das populações do vale amazônico — pois é este o grande refúgio, desde séculos, das nações indígenas brasileiras, que, acossadas por todos os lados pelos colonizadores, ali vivem hoje uma vida miserável e medrosa, agora sob o guante das frentes pioneiras da nossa chamada civilização, que não cessam de fustigá-las, matando os verdadeiros donos da terra e invadindo as reservas de terras que lhes são destinadas.

O que teria levado as populações dos furos a passar a mendigar dessa maneira, se antes não era assim? Se anteriormente, apenas esta ou aquela canoa vinha saudar os passageiros dos navios itinerantes, enquanto quebravam a monotonia da vida nos furos, de águas sempre muito calmas, pegando a marola dos navios com suas igarités, que sobem e descem nas ondas da esteira deixada à popa? Acabou-se a borracha das Ilhas? — Agora o trabalho em grande escala é apenas a extração e beneficiamento da madeira. E outras pequenas atividades. Nas barracas e choupanas das margens, parece haver mesmo miséria e pouco e nenhum trabalho. Vivem, ali, da pesca e da caça, brasileiros abandonados de tudo e de todos. Percebe-se a magreza, a subnutrição dos que vêm pedir esmolas junto aos navios, num grito aflitivo de **Joga, Cunhado!**, grito este ainda revelando nas gerações que vão sucedendo ao índio primitivo, aquele traço de afetividade, inata em nossos avós da selva, que chamavam aos **muito velhos** de **avô** e **avó,** aos **menos velhos** de **tios,** e aos da mesma idade, aos amigos, chamam fraternalmente de **cunhados.**

Acho muito louvável o modo, que já se tornou hábito, de promover-se o socorro espontâneo às populações dos furos de Breves por parte dos passageiros dos navios que por ali trafegam, principalmente com o Touring Club, em seus cruzeiros ao Amazonas. Pergunto, porém, se não haveria, se não há por iniciativa dos governos, municipal, estadual ou federal, maneira qualquer de terminar, com o espetáculo constrangedor, em que pese a caridade louvável de quem trafega em navios pelos furos e atende aos apelos do **Joga, Cunhado!** modo ou maneira de proporcionar trabalho e progresso, que venha a acabar com o espetáculo de brasileiros pedindo esmolas a outros brasileiros, turistas ou não, a turistas estrangeiros, a todos, enfim, que navegam obrigatoriamente por ali, com o intuito principal, a maioria deles, de virem a conhecer o majestoso Rio-Mar?

Contam as lendas mais antigas do fabulário indígena, na época do matriarcado sobre as incipientes tribos, quando o vulto da mulher índia apareceu na criação dos mitos femininos do ciclo fluviônico, ou das águas, que eram a Boiaçu (a Cobra Grande, geradora do mundo, dos seres e de todas as coisas) a Iara e a Iaci, contam que foi a Cobra-Grande que rasgou os furos de Breves, deixando ali nas formas sinuosas daqueles estreitos, os seus rastros de serpente enorme.

Na tarde do dia 17 entramos então no majestoso Amazonas. A 18 atingimos Santarém pelas 11 horas e entramos no rio Tapajós, cujas águas esverdeadas e limpas de detritos servem para a aguada de serventia de banheiros, etc., não sendo entretanto potáveis. Já passei várias vezes por Santarém, porém nesta viagem o navio fica ao largo, não se pode saltar. A cidade progrediu bastante, principalmente com a abertura da rodovia Cuiabá-Santarém, que está sendo construída a partir dos dois pontos extremos. A Varig construiu aqui um grande hotel, ao que posso concluir vendo-o de binóculo. Foi construído um pequeno cais de atracação. É a terceira cidade do vale amazônico, depois de Belém e Manaus, pela ordem. Fica na confluência do Tapajós com o Amazonas, tendo duas frentes, a menor em extensão para o Amazonas e a mais extensa sobre o Tapajós. Avalia-se em 150.000 habitantes sua população.

Na confluência dos dois rios, vê-se bem a diferença de coloração das águas: as do Tapajós são esverdeadas, as do Amazonas, barrentas, de cor amarelada. Umas e outras se interpenetram; às vezes, lagos de água verde no Amazonas, ou

manchas de águas amarelas bem na foz do afluente, tudo variando com a força das correntes.

Em matéria de coloração de águas, os rios da bacia amazônica, as têm: brancas, as do rio Branco (por contraste com o Negro, do qual é afluente); negras, do rio Negro; amarelas, como as do Madeira, Amazonas, etc., ou verdes, como as do Tapajós e do Trombetas. O Tapajós, onde também já estive em Belterra e Fordlândia, possui praia de areias tão brancas quanto as da nossa costa marítima, permitindo excelentes banhos. Na própria altura de Santarém, tais praias já podem ser percebidas e são usadas pela população.

Enquanto o navio se encontra na faina da aguada, os passageiros adquirem diferentes objetos do artesanato local, todos de teor indígena, como cocares, arcos e flechas, jacarés empalhados, cuías, trabalhadas, leques de plumas, etc. Às 15 horas deixamos a "Pérola do Tapajós", como é chamada Santarém, e voltamos a enfrentar a correnteza do Amazonas, que está bem forte, pois é inverno aqui e época de grandes chuvas.

ATÉ MANAUS

Pela notinha passamos pela cidade de Óbidos. A iluminação melhorou bastante, mas isso não me tira a imagem de decadência desta cidade do Pará, quando da última vez que aí estive. Está situada em uma elevação e há grandes barrancos vermelhos que vêm cair junto ao rio. Obidos situa-se sobre o ponto mais estreito do Amazonas, que aqui tem apenas 1890 metros de largura, com 40 metros de profundidade (a largura do rio é grande em quase toda sua extensão, chegando o ponto mais largo a ter 12 quilômetros). Antes do advento da aviação, o Exército manteve aqui um forte, cuja artilharia barrava o acesso de navios à passagem de Obidos. Hoje, perdida a ação de artilharia de costa para defesa de pontos ou de portos, o forte passou a relíquia histórica, mantido por guarnição de alguns homens. Acredito que seja o desenvolvimento rápido de Santarém uma das causas que vêm contribuindo para a decadência de Obidos, tendo em conta a proximidade entre a cidade tapajônica e a antiga aldeia dos índios Pauxis.

Pelas 5 horas da manhã, de 19, passamos por Parintins, bem ao nível do rio, também com sua boa iluminação. Desde antes de Santarém que venho notando a galharia, os toros de pau, os tocos, as árvores arrancadas das margens, que o

rio vem trazendo na correnteza forte da enchente bem pelo meio da caudal, e, às vezes, também pelas margens, onde os resultados do fenômeno da terra caída vão encostar-se, retidos por esta ou aquela curva. É que nunca se fez nada e nem se cogita de fazer algo pela limpeza dos rios da bacia amazônica, ao que me conste. (Ver, a propósito, o artigo de minha autoria "Amazônia Brasileira e Segurança Nacional" in "A Amazônia Brasileira em Foco", n.º 5, 1971, p.p. 44 a 71). No entanto, tais detritos representam grande perigo à navegação, não só no Amazonas, como no Solimões e na maioria dos afluentes da grande bacia, especialmente para as embarcações menores, como navios fluviais, lanchas, batelões, etc., como, aliás, os constantes naufrágios nos rios atestam.

Durante todo o dia 19, percorremos o rio, entrando na região muito bonita das campinas, onde se cria muito gado. As margens já são menos desertas, aparecendo sempre e cada vez mais fazendas, habitações, vez por outra localidade relativamente maior, com capela e cemitério. Pelas 14 horas passamos por Itacoatiara, localizada em margem altaneira, a segunda cidade do Estado do Amazonas, depois de Manaus e já ligada à capital por uma rodovia pavimentada. Desde ontem os relógios foram atrasados de uma hora, para nos pormos de acordo com o fuso horário da região.

À proporção que nos aproximamos de Manaus, as margens já são mais altas e mais povoadas. Infelizmente, desta vez passaremos pela confluência do grande Madeira com o Amazonas somente às primeiras horas da noite. É também um grande espetáculo natural, especialmente a vista proporcionada pelo afluente com suas margens altas em sua embocadura e fartamente cobertas por densas florestas. Já percorri o Madeira em navio. A chegada a Manaus vai ser retardada de umas duas horas de viagem, pois a correnteza continua forte contra o navio. Finalmente atingimos Manaus por volta das 24 horas.

Permanecemos em Manaus até 15 horas do dia 22 (estadia do "Ana Néri" de pouco mais de dois dias e meio), tempo suficiente para que os excursionistas visitassem a capital amazonense e fizessem suas compras nas lojas da Zona Franca. E tudo se faz em uma azáfama muito grande, pois há mais três navios de turistas atracados no porto.

ENCONTRO DAS ÁGUAS

No regresso, logo depois de descermos os 18 quilômetros do rio Negro até seu encontro com o Solimões, contem-

plamos o espetáculo do encontro das águas desses rios, as do Negro escuras e as do Silmões barrentas, amarelas. Entrando já no Amazonas, que aí passa a ter esse nome, pudemos ver distintamente que as águas dos dois rios não se misturam como as do Amazonas e as do Tapajós, anteriormente descritas. Correm paralelas, pretas e amarelas, até que se extingue a força das águas do Negro e passam a dominar inteiramente a caudal, as águas amareladas, barrentas, do Amazonas, que são aquelas mesmas que poucos momentos antes provieram do Solimões, as mesmas que procedem do Peru com o nome de Maranon. O encontro das águas é espetáculo famoso, sempre admirado por todos que por ali passam e que já criou fama turística.

Vale a pena recordar o célebre poema que a região onde o grande rio toma o nome de Amazonas inspirou ao poeta Quintino Cunha:

ENCONTRO DAS ÁGUAS

Vê bem Maria, aqui se cruzam: este
é o rio Negro, aquele é o Solimões.
Vê bem como este contra aquele investe
Como as saudades com as recordações.

Vê bem,como se separam as águas
que se querem reunir, mas, visualmente:
é um coração que quer reunir as mágoas
de um passado, às venturas de um presente.

É um simulacro só, que as águas donas
desta terra, não seguem curso adverso;
todas convergem para o Amazonas,
o real rei dos rios do Universo.

Para o velho Amazonas, soberano
que no solo brasílio tem o Paço.
Para o Amazonas, que nasceu humano,
porque afinal é filho de um abraço!

Olha esta água, que é negra como tinta,
posta nas mãos, é alva que faz gosto.
Dá por visto o nanquim com que se pinta
nos olhos, a paisagem dolorida de um desgosto.

Aquela outra parece amarelaça
muito, no entanto é também limpa, engana.
É direito a virtude quando passa
pela flexível porta da Choupana.

Que profundeza extraordinária, imensa,
que profundeza mais que desconforme!
Este navio é uma estrela, suspensa
neste céu d'água brutalmente enorme.

Se estes dois rios fôssemos, Maria,
todas as vezes que nos encontramos,
que Amazonas de amor não sairia,
de mim, de ti, de nós que nos amamos!

(Transcrito de "Roteiro de Manaus", da Emamtur, Empresa Amazonense de Turismo, julho de 1975).

A descida do rio faz-se velozmente. O microfone anuncia 18 milhas e meia de velocidade, isso à hora do almoço do dia 23, quando estamos passando por Óbidos; chegamos a Santarém cerca das 15 horas do mesmo dia; nova entrada no Tapajós, nova aguada, novas compras de objetos do artesanato indígena local, que os fabricantes, reunidos em uma espécie de cooperativa vêm vender a bordo em uma lancha por eles fretada. Tudo como na subida.

No dia seguinte, 24, deixamos os furos cerca das 12 horas, para atingirmos Icoaraci, bem próximo a Belém (onde não iremos nesta viagem de cruzeiro, ao contrário das viagens normais do Lloyd, quando o navio pára na ida e na volta, repetindo os portos da escala), para alcançarmos Icoaraci às 21 horas, e onde trocamos os práticos do rio Amazonas pelo do rio Pará, este com o encargo de nos reconduzir ao Atlântico, sete ou oito horas depois, desembarcando em Salinópolis, já em pleno oceano.

Na tarde do dia 24, faço uma pequena palestra sobre os nossos indígenas, historiando suas origens, estado atual das tribos brasileiras, seus idiomas, especialmente a língua tupi, as figuras nacionais ou estrangeiras que trataram dos costumes dos índios, a cultura dos mesmos e os traços que nos legaram nos hábitos, no linguajar do Brasil diferente do de Portugal, etc. Fui convidado para fazer a conferência, que se realizou no salão do navio, por alguns companheiros de viagem, que me ouviram explicar a etimologia desta ou da-

quela palavra indígena, tão comuns são elas no Brasil e especialmente na Amazônia.

Desejo deixar assinalada a diferença — que é normal nas viagens pelos rios — e que nesta viagem ficou assim: de subida, gastamos de Belém a Manaus, 74 horas; na descida, levamos apenas 54 horas. Em números redondos, 3 dias para subir, 2 para descer o Amazonas, em um navio de 10.000 toneladas e de velocidade média de 16 milhas. O rio deve estar com uma correnteza entre 4 e 8 milhas por hora.

MINHAS OBSERVAÇÕES

Turismo — Os guias de turismo nas capitais visitadas devem ser mais selecionados, bem como o equipamento de som dos ônibus, de melhor qualidade. Em Recife e Belém, os guias dos ônibus em que viajei com minha família, interpretaram mal os significados das palavras indígenas Pernambuco e Guajará. Esta última teve como significação 'sereia dos campos', (ver glossário), o que não é concebível.

Outro aspecto desfavorável: o Lloyd Brasileiro possuía quatro navios de passageiros. Vendeu o 'Princesa Isabel', o "Princesa Leopoldina" e o "Rosa da Fonseca"; ficou apenas com o "Ana Néri". Resultado: — quando chegamos a Manaus, havia três navios estrangeiros, de turismo, atracados no porto, e que eram o espanhol "Cabo San Roque" e os italianos "Andrea C" e "Franca C", os três transportando em conjunto cerca de 1.500 excursionistas, que podiam estar sendo transportados por aqueles navios nacionais vendidos para o estrangeiro! Tudo isso com a agravante de que esses navios de fora não são melhores do que o nosso "Ana Néri". Pelo menos, o "Franca C" nada mais é do que um navio, ex-norte-americano, da série de guerra de cargueiros, adaptado para navio de passageiros, não sendo mais do que um simples iate. Política errada, a meu ver, a alienação dos navios de passageiros do Lloyd, sob o pretexto de que davam prejuízo. Navios de passageiros em qualquer país do mundo têm de ser subvencionados pelos governos, para suas linhas fora das épocas de turismo, a fim de que possam ressarcir os gastos com suas contas de custeio, quando são bem empregados nas estações de turismo nacional e internacional, como os italianos e espanhóis que estão ganhando dinheiro agora com turismo nas costas do Brasil, Uruguai e Argentina, no nosso caso tirando os lucros em moeda nacional ou estrangeira, que poderiam estar sendo do Lloyd.

Belém — Faz seis anos que estive na Amazônia, ou seja em fevereiro e março de 1970. Desta vez, em viagem de turismo com minha senhora e um neto de 12 anos de idade, visitamos alguns pontos da capital paraense. Estivemos no Forte do Castelo (Presépio), onde a cidade foi fundada, na Catedral, percorremos várias ruas da Cidade Velha. Depois o ônibus nos levou ao Teatro da Paz (restaurado e ainda com pequenas obras finais); daí fomos ao Museu Goeldi, ou Paraense, onde eu e outros passageiros que também já o conheciam, notamos certo abandono quanto às aves e outros animais. Mesmo as instalações denotavam pouco tratamento por parte da administração. Que haverá para que tão famosa e tradicional instituição e atrativo turístico de Belém venha sendo relegado a certo abandono? Depois fomos à Basílica de Nazaré, ao Bosque Rodrigues Alves (que é sempre um refrigério, uma atenuante aos calores normais da cidade). À tarde, fizemos compras na Feira de Artesanato, localizada próxima ao cais do porto.

Quando aqui estive em 1970, notei grande desenvolvimento em Belém. Tinha sido aberta havia pouco a grande rodovia Brasília—Belém e já pavimentada. Desta vez, entretanto, quer me parecer que o desenvolvimento estacionou, está pelo menos atravessando um compasso de espera.

Fator que dia a dia se torna angustiante para Belém é a questão do seu porto. Construído há mais de meio século, o porto sobre a baía de Guajará vem sendo continuamente entupido pela aluvião trazida pelo rio Pará em seu estuário, rio que nada mais é do que a continuação do Tocantins. Na bacia de evolução o calado máximo na preamar é de 21 pés, não sendo raro navios com esse calado encalharem na hora de atracar ou desatracar, como sucedeu em uma viagem do "Ana Néri", observando eu que o navio encalhou ao desatracar às 14 horas do dia 30 de agosto de 1968. Com pequena manobra de máquinas logo desencalhou e iniciou viagem rumo a Fortaleza. O escurecimento total da água da baía, revolucionada pelos hélices, revelou grande quantidade de lodo afluindo à superfície. Não reside, entretanto, somente nisso o que vai acontecendo de mau para o porto. O impasse maior ocorre frente ao vilarejo de Icoaraci (que fica a 7 milhas de Belém), região onde dia a dia o canal rasa cada vez mais, obrigando os navios que demandam Belém (navios de alto mar) a nivelarem seus calados a 18 pés (6 metros), para passarem cautelosamente por ali — e somente na força da preamar. Isso obriga os navios a planejarem suas viagens em função das marés em frente a Icoaraci.

É essa a situação do porto de Belém. Tudo indica que dragagem dos canais não mais resolveria o problema, pois teria de ser permanente, durante todo o ano, importando em custos tremendos. Gastos por gastos, a solução que parece melhor atender ao agravamento das condições do porto, seria a construção de um novo porto em Icoaraci, o que, aliás, já tem sido aventado por técnicos portuários.

Tratando-se de novo porto, este deverá atender às necessidades globais da capital paraense, que — dizem seus moradores — deve estar hoje com uma população de 800 mil habitantes.

A acreditar-se nessas cifras, deve-se estranhar também que haja ainda tantos prédios velhos na cidade; que muitas das suas belas ruas e avenidas não mereçam melhor tratamento e que o serviço de ônibus seja deficiente.

Manaus — Enquanto nas demais capitais dos Estados do Nordeste e Norte do país, as companhias que fazem cruzeiros de turismo promovem excursões em ônibus para visita aos pontos mais significativos das cidades visitadas, além de jantares e almoços típicos, apresentação de conjuntos folclóricos, etc, em Manaus todo o tempo de permanência é destinado às compras na Zona Franca. E é aquele formigamento contínuo entre o navio e as lojas que vendem produtos de toda ordem, nacionais e estrangeiros, a preços favoráveis, em geral, pois estão isentos de impostos.

Conheço o comércio da Zona Franca desde 1968. Sei também de sua finalidade principal: instalar, num prazo de 30 anos, um distrito industrial e um distrito agropecuário, um e outro com o objetivo de favorecer o desenvolvimento da chamada Amazônia Ocidental, já que a Oriental, capitaneada por Belém — porta de entrada da bacia amazônica — já tem melhores condições de progresso. Sei das declarações mais recentes do Superintendente da SUFRAMA, tenho acompanhado os diferentes relatórios dessa entidade. Concluo que depois de nove anos de instalada a Zona Franca atraiu para a capital amazonense uma segunda população que, de 226.000 habitantes em 1965 está agora com cerca de 500.000, toda essa gente, ou a grande maioria, saída do interior do Estado, principalmente dos municípios mais próximos da capital. A meu ver é um grande inconveniente para a vida do Estado, onde, nós sabemos, a população é muito rarefeita, chegando a densidade demográfica a 1 habitante por quilômetro/quadrado, ou pouco mais.

Tenho constatado que Manaus cresceu e sou dos que pensam que, desde sua fundação até hoje, a cidade é verdadeiro milagre de esforço do povo brasileiro, construindo uma capital do seu porte a mais de 1.600 quilômetros de percurso desde a foz do Amazonas. Não há nenhuma outra cidade fluvial no mundo situada a tão longa distância do oceano, com suas características, já que a colonização sempre se realizou e ainda se realiza somente através da investida dos desbravadores ao arrepio da corrente do grande rio. Tenho, entretanto, dúvida sobre se a Zona Franca trouxe até agora verdadeiro desafogo para a camada pobre e mesmo a classe média de Manaus. Quem se serve da Zona Franca são os turistas e a classe alta de Manaus. Os demais manauaras não podem fazer compras na Zona Franca. O poder aquisitivo deles continua baixo, se é que não piorou, pelo contraste. As ruas continuam sem tratamento adequado. Dizem que se abriram 600 novas lojas de comércio e que as indústrias implantadas já no distrito industrial, ou fora dele, passaram a gerar, até 1975, cerca de 27.000 novos empregos.

Em nossa estada em Manaus, de quase três dias, além das compras na Zona Franca, visitamos o Museu do Índio, o Teatro Amazonas (cuja restauração total merece os maiores louvores), a sede nova da Superintendência da Zona Franca junto ao distrito industrial e o Hotel Tropical, da Varig, na Ponta Negra. Nota-se que, apesar do preço dos táxis ser talvez o mais barato de todo Brasil (há uma refinaria antiga de petróleo aqui, agora encampada pela Petrobrás), as linhas de ônibus são poucas e a maioria da população não tem padrão financeiro para utilizá-las. A dieta alimentar comum é o peixe, a farinha, as frutas locais, dieta pobre em calorias.

A respeito do despovoamento do interior do Estado, em benefício (ou malefício?) de Manaus, vale a pena transcrever o que publicou o Jornal do Brasil, de 24 de março deste ano:

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA É DENUNCIADA COMO UM ESTÍMULO AO ÊXODO

Os planos de desenvolvimento impostos à Amazônia não oferecem atrativos para a permanência do homem na terra. Esta é uma das críticas contidas no documentos **A Posse e o Posseiro na Amazônia,** apresentado pelos membros da Comissão de Justiça e Paz do Amazonas, no encontro de religiosos e técnicos sobre os aspectos legais do regime de propriedade agrária no Brasil.

O INCRA é também criticado no documento, que ressalta a necessidade de mudanças radicais nos planos de colonização e ocupação da Amazônia Legal, denunciando inúmeros focos de tensões sociais na região, todas provocadas pelo problema de posse e desocupação das terras onde vivem posseiros.

OS NÚMEROS

Partindo do confronto de dados oficiais, o documento prega o "desencadeamento de uma política agrária audaciosa, racional, capaz de gerar maior produção e elevação da condição humana do rurícola." Eis os números apresentados com relação à Amazônia Legal: Superfície de 3 milhões 581 mil 800 km2; 3 milhões 651 mil habitantes; densidade demográfica de 1,03 hab/km2, sendo que a população rural corresponde à 54% do total da região; a Amazônia tem um quinto das disponibilidades dos cursos de água doce do globo terrestre; 42% da área territorial brasileira; menos de um centésimo da extensão rodoviária do país; um terço das florestas latifoliadas conhecidas no mundo; apenas dois e meio milésimos da população mundial e pouco mais de 3% da população brasileira.

A partir destes dados, o documento dos representantes da Comissão de Justiça e Paz no Amazonas conclui que "a vocação econômica da Amazônia foi esquecida", com a desagregação da economia interiorana, "visto que os planos de desenvolvimento impostos à Amazônia não oferecem atrativos para a permanência do homem na terra, não se baseiam na valorização do caboclo, modificando-lhe as condições desumanas em que vive e trabalha."

ÊXODO

O documento diz ainda que esse estado de coisas leva a um "verdadeiro êxodo do homem amazônico", com inúmeras implicações para a economia regional, tais como "a concentração das atividades econômicas nas capitais estaduais; a frustração dos objetivos que deveriam nortear a política federal, ou seja, a ocupação racional do território; o problema de segurança nacional, com o esvaziamento de vastidões territoriais próximas às linhas de fronteira internacional, e o inaproveitamento do potencial de matéria-prima."

Os representantes da Comissão de Justiça e Paz do Amazonas criticam a atuação do INCRA, qualificando-a de "pas-

siva" diante dos problemas locais, e revela uma lista de lugares onde foram registradas tensões sociais ocasionadas por problemas de posse de terras, num levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrários — Contag — durante os últimos dois anos.

CRIMES

Apesar da decisão do INCRA de considerar todas as terras do Acre como propriedade da União, "ainda precisam ser coibidas muitas práticas criminosas usadas pelos compradores de seringais, no afã de expulsarem posseiros de suas terras, como a contratação de capangas e a chamada **dieta da castanha**, que consiste em abandonar o seringueiro no meio do seringal sem meios de sobrevivência."

A denúncia também está no documento elaborado pelos participantes da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, 18 especialistas em problemas de posse de terra no Brasil, que estiveram reunidos até ontem no Convento de Nossa Senhora do Cenáculo. A discussão sobre os aspectos legais do regime de propriedade agrária no Brasil teve a Amazônia legal como ponto principal."

Navegação na bacia amazônica — Por ocasião da cheia dos rios, a navegação torna-se particularmente difícil e perigosa, não só pelos detritos vegetais arrancados das margens pela correnteza, como pela própria configuração visual dos rios, que se transforma aos olhos de quem navega, já que as águas enchentes cobrem as pontas ou as praias nas curvas.

O perigo dos toros, galhos, árvores arrancadas, tocos de paus, etc., torna-se patente às pequenas embarcações, mesmo que estas adotem, como adotam aliás, seus cursos de navegação mais chegados às margens, já que pelo centro dos rios a correnteza é sempre mais forte e por ali descem comumentes as maiores concentrações de detritos. Estes em quase nada incomodam os transatlânticos, ou os cargueiros marítimos.

A ENASA — Empresa de Navegação da Amazônia S.A. — chegou a possuir cinco navios da chamada frota branca, Eram navios de passageiros, muito bons e que serviam aos rios da bacia. Em menos de vinte anos, tal frota, que havia substituído os antigos navios-gaiolas, perdeu três unidades: o "Lauro Sodré", vendido, o "Presidente Vargas" e o "Leopoldo Peres", naufragados, o primeiro em frente a Soure, na

Ilha de Marajó, e o segundo, em novembro do ano passado, no estuário do rio Pará, abalroado por uma corveta da Marinha de Guerra. Só resta o "Augusto Montenegro" e o "Lobo d'Almada", que hoje navegam entre Belém e Manaus, servindo aos pequenos portos intermediários. Quando chegávamos a Belém na noite de 15 de janeiro, pelas 22 horas, o "Augusto Montenegro" estava de saída, completamente abarrotado de passageiros.

A navegação de pequenas embarcações, lanchas e "motores de linha", como são chamados, é incessante. Há uma infinidade de embarcações desse porte, construídas especialmente para transportar cargas, mas que à falta de outros meios de transporte aceitam passageiros, ocasionando, a inadaptação dessas embarcações para o transporte de pessoal aliada aos diversos perigos dos rios, o grande número de naufrágios que, de certo tempo a esta parte, vem ocorrendo nos rios amazônicos. As Capitanias de Portos exercem a fiscalização que podem, mas geralmente são desprovidas de meios adequados para tal mister. Como já foi dito, não havendo, como não há, navios próprios suficientes para o tráfego de passageiros na extensa rede fluvial, ocorrem as transgressões e os pequenos armadores vão transportando passageiros sem permissão, e quem precisa viajar arrisca-se a todo o custo aos perigos que os rios apresentam. Outros proprietários desses barcos chegam até mesmo, em face dos concorrentes, a baixar os preços das passagens, mas de outro lado vão aceitando maior número de passageiros para compensar o prejuízo apresentado pelo menor preço e os naufrágios, com muitas vítimas, se sucedem.

São essas as condições precárias, precaríssimas, da navegação no rio Amazonas, a que assistimos e avaliamos, delas tirando as conclusões do que certamente estará se passando no Madeira, no Purus e no Juruá, este dois últimos os mais tortuosos rios da bacia!

Ocorre tudo isso, por quê? — É que os rios estão abandonados e necessitam de cuidados, necessitam de limpeza na superfície de suas águas, de dragagem em certos trechos, de limpeza dos leitos, onde continuam afundadas várias embarcações, cujos destroços não se retiram, não se limpam os canais por eles obstruídos.

De alguns anos aos nossos dias, inúmeras estradas têm sido abertas na região. Quando ditas rodovias estiverem funcionando a pleno, talvez daqui a uns dez ou vinte anos, tais estradas servirão para conectar os transportes fluviais com os terrestres — o que será de grande alcance para a Ama-

zônia. Supor, entretanto, que as estradas de rodagem substituirão os rios, isso em absoluto não faz sentido. O Amazonas e os seus afluentes é que permitiram que a cilivilização alcançasse os mais longínquos rincões das nossas fronteiras e foi através deles que se estabeleceram e lá permanecem, as cidades, as vilas, os vilarejos e até mesmo os tapiris onde o nosso caboclo moureja e sobrevive.

Assim, torna-se urgente uma política de conservação e limpeza dos rios amazônicos: para permitir melhor navegação, sem os riscos atuais para as embarcações. Limpem-se o Amazonas, o Solimões, o Purus, dos detritos vegetais das margens, que carreiam, principalmente durante as cheias. Por que não estabelecer estações de recolhimento de detritos em certos pontos dos rios? Por que não dragar o Madeira, para permitir-lhe boa navegação perene, durante todo o ano, entre Manaus e Porto Velho? Por que, enfim, não se montar um plano de conjunto, que vise melhorar as condições de navegabilidade na bac'a amazônica, plano que seria de iniciativa e estudos do Governo Federal, atribuindo este deveres e créditos aos Estados e Territórios da região para o cumprimento das tarefas que lhes fossem atribuídas? Porque, afinal de contas, viajarem autoridades e planejadores de projetos na Amazônia, sempre de avião (e outros pelas precárias rodovias já abertas), todos eles se esquecendo de percorrer os rios da grande bacia fluvial, constitui tarefa incompleta, pela razão simples de que nos rios sempre esteve e está a mola principal do desenvolvimento e progresso amazônico, porque lá esttá o homem brasileiro, "amansando a selva", desde séculos. E, além do mais, e para todo o sempre, o transporte fluvial é o mais barato de quantos meios de conduzir cargas existem no mundo. É preciso, pois, que os rios da rede amazônica venham a sair breve do estado de abandono em que se encontram, sejam limpos sobre e sob as águas, para que possam ser encarados como vias de transporte bom e barato; não se esquecendo, de outro lado, que os rios limpos e navegáveis poderão proporcionar também o desenvolvimento do turismo em outras regiões da bacia.

GLOSSÁRIO DE TERMOS INDÍGENAS

ICOARACI — Vila paraense, próxima a Belém. **Yg**, água; **có**, este; **ara**, dia; **cy**, mãe. **Coaracy**, a mãe deste dia, o sol. **Icoaraci**, Corr. de **Igcoaracy**, água batida pelo sol.

JACUMÃ — Pequeno remo usado no Norte e que serve também de leme, para guiar a canoa, ou igarité, em que é comumente usado. Desconheço a etimologia da palavra.

PARAUARÚ — **pará**, mar ou rio grande; **uá**, fundo; **hu** ou **u**, comer, beber. Assim, rio fundo, que come ou engole.

UITUQUARA ou melhor ITUQUARA — **ytu**, cachoeira, queda d'água; **quara**, buraco. Escavação produzida pela cachoeira.

PARANÁ ou melhor PARANÃ — **pará**, ou **mpará**, ou **mbará**, rio; **nã**, semelhante. Que é semelhante a rio.

MIRIM, ou MIRI, MI, MINI, IM, I — Pequeno, breve, pouco, miúdo.

TAJAPURU — **Tayá**, arbusto, a chamada taioba, cujas folhas têm sabor picante; **puru**, enfeitado. É o tajá, de folhas de fundo verde, intercaladas de tons brancos ou avermelhados, que, assim, as enfeitam.

IGARITÉ — **yg**, água; **yara**, dona, senhora; **igara**, canoa; **etê**, verdadeira. Corruptela para **igarité**. Canoa feita de um tronco de árvore, que é escavado.

BOIAÇU ou BOIUÇU — **mboi** ou **boi**, cobra; **uçu** ou **açu**, grande. Corr. de **mboy-açu**, a cobra grande, a serpente.

IARA ou melhor YARA — senhora dona da procriação dos homens e dos frutos, no ciclo do matriarcado indígena do domínio das águas.

IACI ou melhor IACY — deusa da luz, ou Lua criadora, que fecunda a natureza, também no ciclo do matriarcado. **Iá**, fruto; **cy**, mãe, significado posterior ao primeiro.

MARAJÓ — Corr. de **mbará**, mar; **yó**, tirado. Saído do mar e também o tapamar, ou anteparo do mar. É a grande ilha da foz do Amazonas.

CURUMINZADA — Termo regional. Derivado do **curumi** ou **curumim**, menino. Meninada.

PARINTINS — Cidade amazonense. Corr. de **Parintintins**, tribo indígena que habitou a região entre o Tapajós e o Madeira.

TAPAJÓS — Ant. **Tapayó**, corr. de **taba**, aldeia e **yó** ou **ió**, saído. Aqueles que vêm das aldeias. A maior das tabas dessa tribo situava-se onde está hoje a cidade de Santarém.

ITACOATIARA — **Itá**, pedra; **coati**, v. pintar; **ara**, o que faz. Pedra pintada por ela própria, ou de origem pintada.

PERNAMBUCO — Corr. de **paranã-mbuca**, o furo ou entrada para o lagamar; alusão à brecha natural do recife por onde o lagamar se comunica com o mar. O nome **paranambuca** era comum na costa do Norte, no trecho dela tomado pelos recifes, e o sentido que os índios lhe davam era o de **furo**, **entrada**, passagem natural aberta na muralha do recife. No tupi do Norte, ou Nheengatú, **paranambuca** quer dizer — jorro do mar — alusão à embocadura por onde ele se escapa. Mui acertadamente escreve a propósito o autor do **Castrioto Lusitano**, frei Rafael de Jesus, ao tratar do Porto de Recife "...uma abertura à qual os naturais chamam Pernambuco, que, em sua língua, é o mesmo que pedra furada ou buraco que fez o mar, de que se forma a garganta da barra..." O vocábulo **praanã** traduz-se, semelhante ao mar; é o lagamar formado na junção dos rios Capiberibe e Beberibe; é o furo, a aberta, a quebrada (in "O Tupi na Geografia Nacional" de Teodoro Sampaio, 3.ª edição, 1928, pág. 334).

GUAJARÁ — Por esse nome é conhecida a baía que banha Belém do Pará; nome que também recebeu uma árvore amazônica, uma variedade de abiu. Dita árvore é abundante no Pará. O termo Guajará é corruptela de **Guaby**, composto de **Guá-y**, significando, água em seio, enseada, baía; e de **Yara** ou **Iara**, que quer dizer, dona, senhora. Assim, **Guajará**, palavra aportuguesada de **Guayará**, étimo Tupi, designa a árvore citada, significando, **dona** ou **senhora** da **enseada**, da **baía**.

PAPIRI — Abrigo provisório. (O mesmo que **tapiri?**) Habitação rústica, usada na Amazônia para abrigo, coberta de pindoba, que também se aplica, às vezes, para construção dos lances laterais. Serve a viajantes, lavradores, etc. para abrigo provisório contra as intempéries e espera de caça ou pesca.

PAUXIS — Tribo indígena que habitou a região de Obidos, no Pará. Aí alguns remanescentes falam ainda o Nheengatú, ou língua boa, ou geral; tudo indica pertencerem ao ramo ou nação tupi-guarani.

URUGUAI — Antigamente **Uruay**, como se lê na carta de Diogo Garcia, de 1526; assim, **Uruay** se compõe de **Uruá-y**, exprimindo: **uruá**, búzio ou caracol; **y**, rio, ou seja, rio dos búzios ou dos caracóis. O Padre Montoya, em seu "Thesouro" explica — **y-ruguay** — como sendo o canal por onde vai a madre do rio. ("O Tupi na Geografia Nacional" — Teodoro Sampaio, op. cit. págs. 386 e 387).

BIBLIOGRAFIA

"Na Planície Amazônica" — Raimundo Moraes — 3.ª ed. Civilização Brasileira, 1926 — Rio.

"Putirum" — Raul Bopp — Ed. Leitura S/A — 1968 — Rio.

"Roteiro de Manaus" — Empresa Amazonense de Turismo — Emantur — 1975 — Manaus.

"Coisas Nossas" — Jornal de bordo do N/M "Ana Néri "no cruzeiro Rio-Manaus-Rio, n.º 6, de 29 de janeiro de 1976.

"Amazônia Brasileira" — IBGE — 1944 — Rio.

"O Tupi na Geografia Nacional" — Teodoro Sampaio — 3.ª ed. — 1928 — Bahia.

"Povos Indígenas do Brasil" — Adauto Fernandes — Ed. A. Coelho Branco Filho — 1965 — Rio.

"Introdução à Arqueologia Brasileira" — Angione Costa — Brasiliana — Companhia Editora Nacional — 1934 — São Paulo.

"A Amazônia Brasileira em Foco" — Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia — N.º 5 — 1971 — Rio.

"Novo Dicionário da Língua Portuguesa" — Cândido de Figueiredo — 2 vols. — 1962 — Lisboa.

"Poranduba Amazonense ou Kochiyma — Uara — Porandub" — Barbosa Rodrigues — Lendas indígenas da Amazônia — Anais da Biblioteca Nacional — Tip. de G. Leuzinger & Filhos — 1890 — Rio.

"Toponímia Brasileira" — Armando Levi Cardoso — Ed. Biblioteca do Exército — 1961 — Rio.

"Arte de la Lengua Guarani, ó más bien Tupi" — Padre Antonio Ruiz de Montoya — "Gramatica y Dicionarios (Arte, Vocabulario y Tesoro) — Maisoneuve Y Cia. — 1876 — Paris.

"Pequeno Vocabulario Tupi-Português" — Padre Lemos Barbosa — 3.ª edição — Livraria São José Ed. — 1967 — Rio.
Várias publicações da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA — Manaus.
"Moronguetá", 2 vols. — Nunes Pereira — Civilização Brasileira — 1967 — Rio.
"Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil" — Padre Joseph de Anchieta — Ed. Biblioteca Nacional — 1933 — (Facsimile da la ed. — Antonio de Mariz — Coimbra — 1594).
"Toponimia Carioca" — Agenor Lopes de Oliveira — Ed. Organização Vida — Prefeitura Dist. Federal, Secretaria Educação e Cultura — 1936 — Rio.

CAPITAIS ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

COMISSÃO NACIONAL DE DEFESA E PELO
DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (CNDDA)

Relatora: Irene Garrido Filha *

INTRODUÇÃO

I — Capitais estrangeiros na Amazônia Brasileira.

1. O predomínio das grandes corporações mundiais na exploração de seus recursos minerais.
2. O capital estrangeiro em outros setores da economia.

   a) na atividade madeireira.
   b) na atividade pastoril.
   c) na Zona Franca de Manaus.

II — Características da presença dos trustes na Amazônia Brasileira

1. Os trustes usufruem os benefícios fiscais.
2. Empresa estrangeira é beneficiada por fiança de Banco estatal.
3. País carente de capital monta infra-estrutura para atender a atividades econômicas de grupos estrangeiros.

   a) O caso da exploração da bauxita.
   b) A exploração do ferro da Serra dos Carajás.

4. O truste traz tecnologia avançada para explorar, apenas, matérias-primas, ou beneficiá-las, visando sempre a seu próprio interesse.

(*) Geógrafa da Fundação IBGE. Professora. Estagiária na França (1962/64).

a) A usina de pelotização de manganês do Amapá.
b) A usina de redução de cassiterita, em Manaus.
c) A usina de alumínio.
d) Fracassa o projeto de construção da Usina Siderúrgica de Itaqui.
e) O truste não se preocupa em seguir uma política conservacionista.

III — Conclusão.

Introdução

A Amazônia Brasileira é, sabidamente, uma Região de imenso potencial em recursos naturais. Possui a maior reserva florestal do globo e grande variedade de minérios. Dentre estes, destacam-se: ferro, bauxita, manganês, cassiterita, salgema, ouro e diamante **(Mapa 1)**.

Para essa região brasileira, cerca de 50% do território nacional, têm sido elaborados, seguidamente, planos de desenvolvimento, desde 1946, quando, pela Constituição, foram destinados 3% da renda tributária do País à valorização da Amazônia.. Recentemente, o planejamento regional está sendo articulado, estreitamente, com o Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), devendo a Amazônia contribuir para o aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) e o equilíbrio no balanço de pagamentos, através da exportação de minérios, madeiras e carne. A ocupação efetiva da Amazônia relaciona-se com o programa de aumento dos rebanhos, da exploração do complexo mínero-metalúrgico, com ênfase no ferro e na bauxita, e desenvolvimento dos projetos de exploração dos recursos florestais (1). Instituiu-se, assim, o POLAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia).

I — Capitais estrangeiros na Amazônia Brasileira

O setor econômico mais procurado pelos trustes, na Amazônia, é o da mineração. Entretanto, progressivamente, a exploração madeireira e a criação de gado vêm interessando ao capital estrangeiro, que também se instala em ramos específicos da atividade secundária, na Zona Franca de Manaus.

---

(1) II Plano Nacional de Desenvolvimento.


AMAZÔNIA -
GRANDES · ÁREAS
MINERALÓGICAS
MAPA 1
ouro
diamante
ouro
cassiterita
manganês
bauxita
caulim
bauxita
sal-gema
bauxita
ouro
ferro
manganês
cassiterita
BASEADO NO MAPA METALOGENÉTICO
DO BRASIL – DNPM
0
500KM

1. O predomínio das grandes corporações mundiais na exploração de seus recursos minerais.

Poucos, dos recursos minerais da Amazônia, têm sido explorados economicamente. Citam-se o manganês, do Amapá (há cerca de 20 anos), e a cassiterita, de Rondônia (há, aproximadamente, 10 anos). Estão em fase de implantação: a mineração do ferro, na Serra dos Carajás, Pará; a da bauxita, no rio Trombeta, Pará; e a do caulim, no vale do rio Jari, entre o Pará e o Amapá. Acham-se sob o controle, total ou parcial, dos referidos trustes **(Mapa 2).**

Além disso, sob a forma de garimpagem, exploram-se apenas o ouro, no Tapajós, Pará, e o diamante, na Serra do Tepequém, Roraima. É o setor não-estrangeiro da mineração, e também o menos significativo, economicamente.

As reservas minerais da Amazônia são bem elevadas. A de manganês corresponde a 25 milhões de toneladas; a de caulim, a 45 milhões de toneladas; e a de cassiterita, a 50 mil toneladas (2). A reserva de bauxita, no Pará, é calculada em 1 bilhão e 700 mil toneladas (3), e a de ferro, em 18 bilhões de toneladas (4).

No Programa dos Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — POLAMAZÔNIA — criaram-se 6 pólos agrominerais. Somente em 2 — Aripuanã e Roraima — não há investimentos estrangeiros. Nos demais, os trustes se beneficiarão, inclusive, com as vantagens governamentais concedidas, tais como: capitais e instalação de infra-estrutura sócio-econômica. A verba total destinada ao Programa alcança a cifra de Cr$ 4 bilhões, para o período 1975/79, com recursos canalizados do PIN, PROTERRA etc. (5).

O desenvolvimento da mineração, na Amazônia, começou em fins da década de 50, com a instalação da ICOMI — Indústria e Comércio de Minérios S.A., no Amapá. A extração do manganês vem-se fazendo através da associação da Bethlehem Steel Corporation com o Sr. Azevedo Antunes. Esta foi

---

(2) "Anuário Mineral Brasileiro" — 1974. Departamento Nacional de Produção Mineral. Ministério das Minas e Energia.

(3) Issler, R. S. — "Geologia do Oráton Guianês e suas possibilidades metalogenéticas". Comunicação apresentada ao Congresso Interguianas. Belém, 1975.

(4) Informações prestadas pela AMZA, em julho de 1975.

(5) Secretaria de Planejamento — "Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — POLAMAZÔNIA".

MAPA 2

CAPITAIS ESTRANGEIROS E EXPLORAÇÃO MINERAL

BETHLEHEM STEEL - EUA

Mn

LIGHT SMELTERS
METAL ASSOC. - JAPÃO
&
CVRD

B

Cau

NATIONAL BULK
CARRIERS - EUA

U S STEEL - EUA
&
CVRD

Fe

Cs

PATIÑO N.V. - HOLANDA
BRASCAN - CANADÁ
GRUPO ITAÚ

MINERAÇÃO

GARIMPO

USINA DE ALUMÍNIO

B BAUXITA

Au : OURO

Cau CAULIM

D : DIAMANTE

Fe FERRO

Mn MANGANÊS

Cs CASSITERITA

0 500 KM

FONTES - SUDAM INTERINVEST E ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO

a primeira, de muitas ligações do Sr. A. Antunes com o grande capital estrangeiro. No caso da ICOMI, a Bethlehem Steel Corp. possui 49% do capital. Trata-se do segundo maior produtor de aço dos EUA e figurou, em "Fortune", 1975, como a 21.ª empresa daquele país (6).

A cassiterita foi o segundo produto mineral a ser explorado. Em 1959, era uma atividade de garimpagem e assim continuou até 1971. Pela Portaria 195, do Ministério das Minas e Energia, datada de 31 de março de 1971, foi suspensa a garimpagem na Província Estanífera de Rondônia. Lá trabalhavam 6.000 garimpeiros, que ficaram desempregados (7).

Expandiram-se, então, companhias associadas ao capital estrangeiro. Vem variando, no entanto, o grupo interessado. A Mineração Rocha, a primeira a instalar-se em Rondônia, ligou-se ao grupo holandês Royal Dutch Shell, através de sua subsidiária Billiton Maatschappij NV (8); e a Mineração Brasileira S.A. — MIBRASA, ao grupo americano W. R. Grace & Co, relacionado, por sua vez, com o consórcio Patiño (9).

O grupo Patiño, sediado na Holanda, uniu-se à Companhia Estanífera do Brasil, e há também interesses japoneses, de acordo com informações do Dep. Jerônimo Santana, na CPI das Multinacionais (10).

Atualmente, há o grupo Patiño ligado à Mineração Brasiliense S.A., o grupo Brascan unido à Companhia Mineração Jacundá. O grupo Itaú tem participação na Mineração Oriente Novo. A única empresa com capital exclusivamente nacional é a Mineração Taboca, do grupo Paranapanema.

As reservas de cassiterita, como já foi assinalado, são estimadas em cerca de 50 mil toneladas, segundo o "Anuário Mineral Brasileiro", de 1974. Esse cálculo parece muito baixo, considerando-se a extensão da Província Estanífera de Ron-

---

(6) Guia Interinvest — "O Brasil e o Capital Internacional" — Interinvest Edit. e Distrib. Ltda. Rio de Janeiro. 1975/76, pág. 164.

(7) "Crítica" — 17/23-3-1975, págs. 12 e 13.

(8) Guia Interinvest — "O Brasil e o Capital Internacional" — Interinvest Edit. e Distrib. Ltda. Rio de Janeiro, 1973, pág. 475.

(9) Guia Interinvest, 1973, pág. 307.

(10) "Movimento" — 15-12-1975, pág. 7.

dônia. Há, mesmo, outra referência, admitindo um total que varia entre 280 mil e 1 120 000 t, como reserva possível (11).

Na exploração mineral ainda em fase de implantação — a do ferro, da bauxita e do caulim — está a esperança do Governo em atingir níveis elevados de exportação, equilibrando, então, a balança comercial do País. Tanto assim que o Ministro de Minas e Energia fez, recentemente, uma viagem ao Japão, para tratar da associação entre a Companhia Vale do Rio Doce e o grupo japonês Light Smelters Metal Association (12), que parecia ter-se desinteressado do projeto brasileiro, por haver encontrado importantes jazidas na Indonésia (Projeto Asahan, com previsão de 75 000 t, a partir de 1981, e investimentos de US$ 840 milhões) (13). O Ministro manteve contacto, igualmente, com representantes da United States Steel Corporation, a fim de obter sua definição no Projeto referente ao minério de ferro da Serra dos Carajás, em que esta empresa se associou à Companhia Vale do Rio Doce (14).

O minério de ferro da Serra dos Carajás constitui reserva similar à do Quadrilátero Ferrífero, com 18 bilhões de toneladas. Foi assinalado por levantamento geológico do DNPM e pesquisado pela Companhia Meridional de Mineração, subsidiária brasileira da United States Steel Corporation, primeiro produtor americano de aço e 12.ª firma americana, em 1975, segundo "Fortune". Posteriormente, constituiu-se a empresa Amazônia Mineração S.A., formada pela United States Steel Corporation e a Companhia Vale do Rio Doce (15).

Para o aproveitamento econômico da bauxita, a Companhia Vale do Rio Doce, de início, ligou-se à Alcan, empresa canadense, para formar a Mineração Rio do Norte S.A., em Oriximiná (16). Desfeito este projeto, a companhia estatal brasileira associou-se, então, ao grupo japonês Light Smelters Metal Association, integrada pela Nippon Light Metal Corporation, Mitsubishi Chemical Industries Ltd., Mitsui Aluminum, Showe Denko e Sumitomo Chemical (17). A Nippon Light Corp

---

(11) Souza, W. O. e Curvelo, J. L. — "Método de Lavra de Cassiterita na Província Estanífera de Rondônia" — in "Geologia e Metalurgia", n.º 32, pás. 283-318. Centro Moraes Rego. Escola Politécnica da USP. 1971.

(12) "Jornal do Brasil" — 31-1-1976, págs. 1 e 29.

(13) "Veja" — 8-10-1975, págs. 130 e 132.

(14) "Jornal do Brasil" — 9-1-1976, pág. 18.

(15) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 181.

(16) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 113.

(17) "Jornal do Brasil" — 16-9-1974, pág. 15.

é uma das maiores firmas japonesas, e faz parte do grupo que possui o maior banco fora dos EUA, em termos de ativo, segundo "Fortune" (18). A Mitsubishi Chemical Industries Ltd. pertence ao grupo Mitsubishi e é a 58.ª firma localizada fora dos EUA (19). O grupo Sumitomo tem ampla importância no setor de indústrias químicas. É a 102.ª empresa fora dos EUA (20). Em resumo, essas empresas estão entre as dez maiores do Japão (21). Da associação do grupo japonês com a Companria Vale do Rio Doce, surgiu a Albrás. A bauxita será a do vale do rio Trombetas; e a Albrás deverá construir, em Vila do Conde, próximo a Belém, a usina produtora de alumina, forma exportável da bauxita. O Brasil instalará uma hidrelétrica, em Tucuruí, no rio Tocantins, a fim de atender à grande demanda da indústria. Para tanto, procurou financiamento no Japão (22).

As indústrias de mineração do caulim e da bauxita do vale do Jari, exploradas pela National Bulk Carriers, firma americana de Daniel Ludwig, estão sendo implantadas. Esta companhia, proprietária de uma das maiores frotas mercantes do mundo, já obteve autorização para construir uma hidrelétrica no vale, condição fundamental para a produção do alumínio (23).

Além dos projetos implantados, ou em implantação, há outros, de pesquisa. As grandes companhias vêm criando empresas de pesquisa mineral, cujos endereços são no Rio de Janeiro. Pode-se, no entanto, identificá-las pelos nomes, relacionados com a toponímia amazônica. É o caso das empresas organizadas pela Royal Dutch Shell: Mineração Rio Xingu, Mineração Curuá, Mineração Jauaperi, Mineração Iriri, Mineração Nhamundá (24). O grupo Patiño também mantém empresas deste tipo, como a MIVALE — Mineração Vale do Madeira, e a Mineração Vale do Roosevelt (25). A Bethlehem Steel Corporation formou a Mineração Cabo Orange e a Mine-

---

(18) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 547.

(19) Guia Interinvest, 1975/75, pág. 537.

(20) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 538.

(21) "O que sobrou da economia japonesa depois da crise? O essencial — Suplemento da Revista "Veja", n.º 370, out. 1975.

(22) "Jornal do Brasil" — 31-1-1976, pág. 29.

(23) "Jornal do Brasil" — 14-1-1976, pág. 3.

(24) Guia Interinvest, 1975/76, págs. 737 e 738.

(25) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 455.

ração Itaíba; a segunda, para pesquisas geológicas do manganês no Noroeste da Amazônia (26).

Além disso, a foz e o Médio Vale do Amazonas foram indicados como duas das áreas em que a PETROBRÁS poderá estabelecer "contratos de risco". Assim, abriu-se mais um campo, na Amazônia, para o capital alienígena (27).

2. O capital estrangeiro em outros setores da economia.

A penetração do capital estrangeiro está sendo feita, crescentemente, em outros ramos, além da mineração. A exploração madeireira e a atividade pastoril são setores procurados pelas companhias estrangeiras **(Mapa 3).** Elas também se instalaram na Zona Franca de Manaus, principalmente com indústrias de montagem de aparelhos elétricos e eletrônicos.

a) na atividade madeireira.

A maior concentração de empresas estrangeiras, no que se refere à atividade madeireira, está nas proximidades da foz do Amazonas, embora sejam encontradas, também, em Manaus e em Cuiabá. O adensamento relaciona-se com a proximidade do porto de Belém, sendo esta área, como se sabe, rica em madeiras de qualidade. Lembre-se que, das 2 000 espécies de madeira de lei conhecidas, na Amazônia são encontradas 1 500.

Nas proximidades da foz do Amazonas se acham, aliás, as empresas de maior vulto. Duas delas pertencem à EIDAI Co. Ltd., maior fabricante de madeiras compensadas do Japão (28). Outra, é de propriedade da Bruynzeel NV, firma holandesa especializada em materiais de construção, com filiais em várias partes do mundo. Neste empreendimento, há participação da Bethlehem Steel Co., dos EUA, através da ICOMI (29). Outra empresa florestal é da Toyo Menka, japonesa, de grande expressão na indústria têxtil (30). Daniel Ludwig é o proprietário da Jari Florestal e Agropecuária (31).

---

(26) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 165.

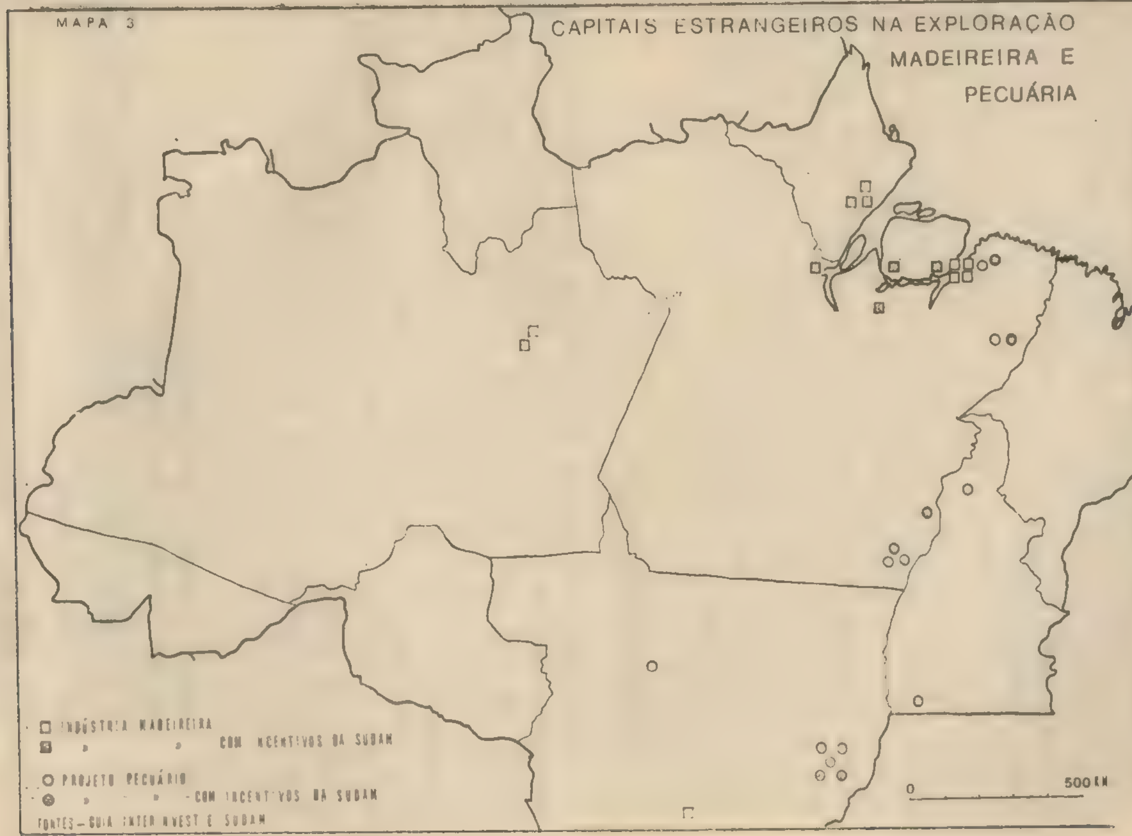
(27) "Jornal do Brasil" — 29-1-1976.

(28) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 511.

(29) Guia Interinvest, 1975/76, págs. 164 e 453.

(30) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 575.

(31) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 174.


MAPA 3
CAPITAIS ESTRANGEIROS NA EXPLORAÇÃO
MADEIREIRA E
PECUÁRIA
INDÚSTRIA MADEIREIRA
» » COM INCENTIVOS DA SUDAM
PROJETO PECUÁRIO
» » - COM INCENTIVOS DA SUDAM
FONTES — GUIA INTERINVEST E SUDAM
0
500 KM

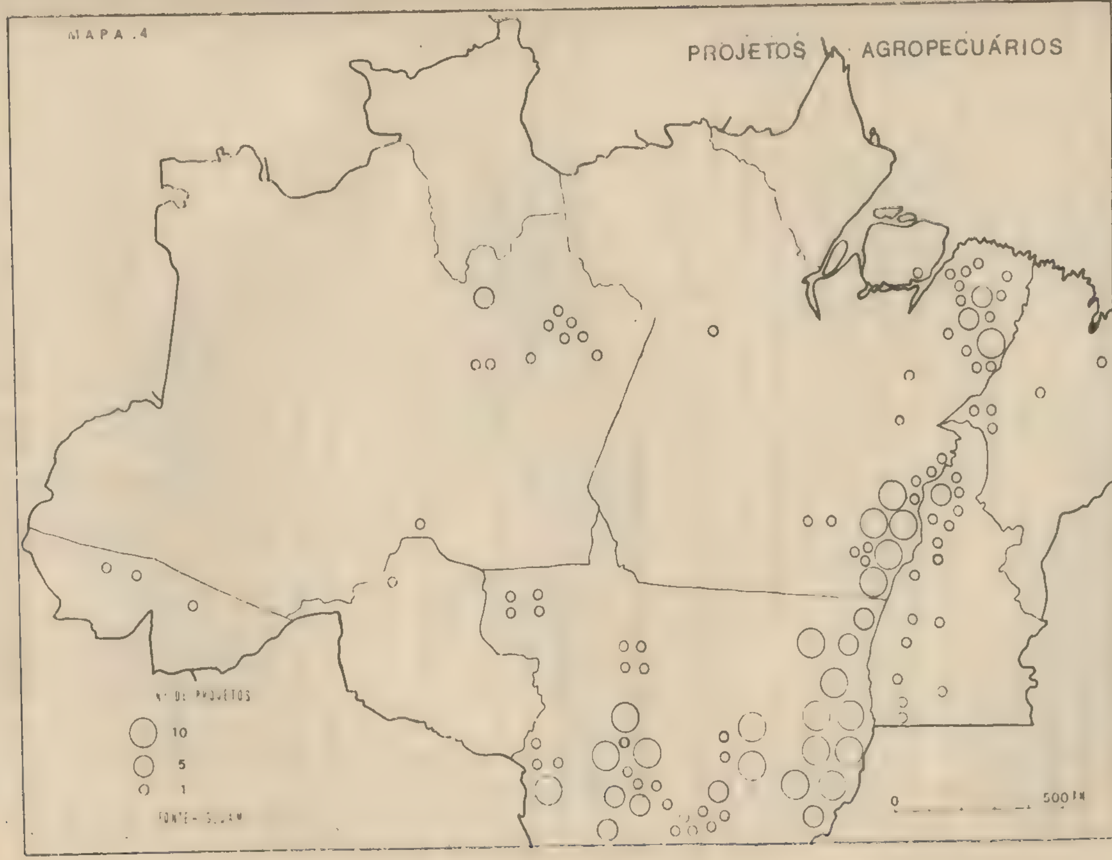
Aconselhado por Roberto de Oliveira Campos, então Embaixador nos EUA, a optar pelo Brasil, comprou a companhia localizada nos Municípios de Almeirim (PA) e Mazagão (AP). O projeto visa ao reflorestamento de uma área de 97 000 km2, na bacia amazônica. Pretende atingir, em 1986, a produção de 4,6 milhões de m3 de madeira, prevendo a exportação, a partir de 1977, para os EUA e a Europa (32). A National Bulk Carriers, matriz da Jari, foi acusada de desrespeitar a legislação trabalhista vigente (33). Esta firma também teve seu nome citado na CPI referente à venda de terras a estrangeiros, pois adquiriu, no vale do Jari, um dos maiores latifúndios estrangeiros em território nacional (34). Em situação similar, quanto à aquisição de terras, por estrangeiros, no Brasil, encontra-se a Georgia Pacific Corporation, dos EUA, com duas propriedades para exploração madeireira, tendo, uma delas, área superior a 300 000 ha (35). A Georgia Pacific, que possui empresas de exploração florestal em Almeirim e Breves, no Pará, é a maior produtora mundial de madeiras compensadas, possuindo grandes áreas florestais, nos EUA e em outros países. Figurou na lista de "Fortune" como a 79.ª empresa americana (36).

b) na atividade pastoril.

Na porção leste e sul da Amazônia, forma-se uma faixa de exploração pecuária, com projetos aprovados pela SUDAM **(Mapa 4).** Na realidade, é difícil saber-se, com exatidão, a origem do capital dessas empresas. Fala-se, constantemente, em fazendas "de capital paulista"; entretanto, muitas, assim consideradas, são, na realidade, de capital estrangeiro. Este é, possivelmente, o setor menos accessível à pesquisa da vinculação do capital, pois se conhece muito mal a propriedade agrária, no Brasil. Com base no Guia Interinvest e em revistas que tratam de assuntos econômicos, pode-se tentar mapear, preliminarmente, os estabelecimentos pecuários de

---

(32) "Banas", n.º 911 — 4-10-1971, pág. 23.
(33) "Banas", n.º 985 — 5-3-1973, pág. 10.
(34) Velloso, Dep. Haroldo — "Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a venda de terras brasileiras a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras". Brasília, 1960, pág. 6. Mimeografado.
(35) idem, pág. 7.
(36) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 167.


MAPA.4
PROJETOS AGROPECUÁRIOS
10
5
1
0
500 KM

capital estrangeiro, na Amazônia (**Mapa 3**). Porém, por falta de dados precisos de localização, não constam as fazendas da Mercedes Benz, Gulf Oil, ITT, Aços Vilares etc., na Amazônia (37).

Dos grupos proprietários de estabelecimentos pastoris, os mais conhecidos são a Volkswagen do Brasil, com a fazenda Companhia Vale do Rio Cristalino, Agropecuária, Comércio e Indústria, estabelecida em Santana do Araguaia, Pará (38); a fazenda Swift-King Ranch, em Paragominas, com 50% de participação do grupo americano King Ranch, proprietário de terras em todo o mundo (39), e 50% da Brasoan Ltd., conhecido consórcio canadense, ao qual pertence a Light (40). Também a Liquigás SpA, italiana, possui a fazenda Liquifarm Agropecuária Suiá Missu, em Barra do Garças (MT) (41). São, geralmente, grandes propriedades, com áreas superiores a .... 100 000 ha, como a fazenda Swift-King Ranch. A terceira tem 678 000 ha (42). Ao BRADESCO, empresa com a participação de bancos de vários países, pertence, na Amazônia, a Rio Capim Agropecuária (43). Inúmeras outras, de empresas menos conhecidas, estão-se instalando na Região.

c) na Zona Franca de Manaus.

Ao que se pôde apurar, há 14 filiais de companhias estrangeiras, das quais 5 do ramo de montagem de aparelhos elétricos e eletrônicos: General Electric da Amazônia (44), Sharp S.A. — Equipamentos Eletrônicos(45), Phillips da Amazônia (46), Gentek S.A. — Indústria e Comércio (47) e a Pereira Lopes — IBESA — Aparelhos e Componentes Eletrônicos S.A., da Sanyo (48). Outras três, filiais da Booth Steamship

---

(37) "Banas", n.º 7/13-4-1975, pág. 11.
(38) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 45.
(39) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 150.
(40) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 120.
(41) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 490.
(42) "Banas", n.º 1.092 — 7/13-4-1975, pág. 11.
(43) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 569.
(44) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 224.
(45) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 529.
(46) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 459.
(47) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 529.
(48) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 529.

Co. Ltd., de F. Leyland & Co. Ltd., companhia de navegação sediada em Liverpool, Reino Unido (49). Duas são indústrias madeireiras: Amazonas Timber Ltd., subsidiária da Oesterle, da Alemanha Federal (50), e a Tinove S.A. — Indústria e Comércio de Madeiras, da empresa suíça Starko (51). Duas indústrias de montagem, de origem japonesa, instalaram-se na Zona Franca (52): uma é a Honda, subsidiária da Honda Motor Co. Ltd., maior produtora mundial de motocicletas e a 101.ª empresa fora dos EUA (53); a outra é a Yamaha, filial da Yamaha Motor Co. Ltd., segunda maior produtora mundial de motocicletas (54). Das duas empresas restantes, uma, australiana, é de pasteurização de leite (55), e a outra, de fabricação de pedras para isqueiro, ligada à BIC, francesa (56). Com exceção das indústrias madeireiras, das fábricas de montagem de motocicletas e da Amazonas Engineering Co. Ltd., da Booth, todas se beneficiam com as regalias fiscais concedidas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus — ...... SUFRAMA (57).

II — Características da presença dos trustes na Amazônia Brasileira.

> 'Incrível como pareça, os países pobres têm sido uma indispensável fonte de capital de financiamento para a expansão global das empresas."
>
> "Poder Global — A força incontrolável das multinacionais". Barnet, R. & Müller, R., pág. 125. Editora Record, RJ, 1976.

Um dos maiores obstáculos à industrialização e ao desenvolvimento, em todos os setores da economia dos países subdesenvolvidos, afirma-se, é a falta de capitais e a de tec-

---

(49) Guia Interinvest, 1975/76, págs. 661-662.

(50) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 9.

(51) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 477.

(52) "Jornal do Brasil" — 11-12-1975, pág. 8. Informe JB.

(53) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 521.

(54) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 533.

(55) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 95.

(56) Guia Interinvest, 1975/76, pág. 596.

(57) SUFRAMA — Projetos Industriais aprovados. 1968/74. Manaus, sem data.

nologia avançada. As companhias estrangeiras são consideradas, por alguns, indispensáveis ao fornecimento, através de suas subsidiárias, desses dois fatores básicos. Desta maneira, muitos pensam que as grandes corporações poderão contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento da Amazônia. O que se observa, porém, não é realmente assim. Se não, veja-se:

1. Os trustes usufruem os benefícios fiscais.

No setor da mineração, o mais importante quanto à participação do capital estrangeiro, os grandes trustes se beneficiam com as regalias fiscais, as quais, em geral, representam substancial porcentagem do total dos recursos utilizados.

A ICOMI, com 49% de capital da Bethlehem Steel Co., segunda maior produtora de aço dos EUA, por exemplo, dispõe de isenção de imposto de importação. Além disso, o projeto de pelotização do manganês contou, na primeira fase, com 38%, e, posteriormente, com 65%, de seus recursos, provenientes de incentivos fiscais (58). Na exploração da cassiterita, a Mineração Brasileira S.A., de capital americano, goza de isenção de imposto de renda (59). A usina de redução de cassiterita, em Manaus, vale-se dos benefícios da SUDAM e da SUFRAMA, os quais constituem mais de 75% do total de seus recursos (60). Essa empresa assinou contrato com a GEPISA — Corretora de Câmbio e Valores, no montante de Cr$ 13 milhões, para o lançamento de ações na Bolsa do Rio de Janeiro, desmoralizando, assim (pelo menos em seu caso...), a alegação principal em favor da acolhida de firmas estrangeiras, isto é, a de que os países subdesenvolvidos não dispõem de poupança suficiente (61). Na exploração do caulim, Daniel Ludwig está isento dos impostos de renda e de importação (62). Antes de começar a funcionar, a Mineração Rio do Norte (formada pela Companhia Vale do Rio Doce e a Alcan, um dos maiores produtores mundiais de alumínio), projeto hoje substituído pelo da Albrás, incluía, em seus planos de implantação, os benefícios fiscais, que representariam 48%

---

(58) SUDAM — Projetos 531 e 655 (isenção de impostos) e 312 e 632 (porcentagem dos incentivos fiscais no total de recursos).

(59) SUDAM — Projeto 609.

(60) SUDAM — Projeto 404; SUFRAMA — Certificado 52/71.

(61) "Banas", n.º 900 — 19-7-1971, pág. 36.

(62) SUDAM — Projeto 709.

do total dos recursos (63). Provavelmente, a Albrás também disporá de análogas regalias.

Das 12 indústrias madeireiras com capital estrangeiro, sete procuraram beneficiar-se com os incentivos. Assim procederam, exatamente, aquelas ligadas aos maiores grupos. A BRAMASA, pertencente ao grupo holandês Bruynzeel, tem isenção de impostos de importação de máquinas e equipamentos (64). No mesmo caso estão as madeireiras do grupo Georgia Pacific Co. (65). 75% dos recursos de uma delas também são provenientes de incentivos fiscais (66). A Jari Florestal, da National Bulk Carriers, está isenta do imposto de importação (67). A madeireira da Toyo Menka, japonesa, dispõe de 45% do total de seus recursos procedentes de incentivos fiscais (68).

Oito, dos 16 estabelecimentos estrangeiros de exploração pastoril, valem-se das facilidades concedidas pela SUDAM. As maiores estão neste caso, como a Liquifarm Agropecuária Suiá Missu, italiana, que tem, nos incentivos fiscais, 75% do total de seus recursos (69). O mesmo ocorre com as Fazendas Swift-King Ranch (70) e a Companhia do Vale Rio Cristalino (71). Nas outras 5, o percentual é sempre superior a 60%.

Indústrias estrangeiras localizadas na Zona Franca de Manaus beneficiam-se, ao mesmo tempo, de incentivos da SUDAM e da SUFRAMA. São elas: Estaleiro Plano Inclinado (72), Phillips da Amazônia (73), Sharp (74), Pereira Lopes — IBESA (75), Tecnocério (76). Outras dispõem somente das vantagens concedidas pela Zona Franca: General Electric (77)

---

(63) SUDAM — Projeto 516.
(64) SUDAM — Projetos 50 e 651.
(65) SUDAM — Projetos 325, 536 e 658.
(66) SUDAM — Projeto 467.
(67) SUDAM — Projeto 266.
(68) SUDAM — Projeto 543.
(69) SUDAM — Projeto 45.
(70) SUDAM — Projeto 427.
(71) SUDAM — Projeto 691.
(72) SUDAM — Projeto 569; SUFRAMA — Certificado 105/73.
(73) SUDAM — Projetos 600 e 630; SUFRAMA — Certificado 78/72.
(74) SUDAM — Projeto 599; SUFRAMA — Certificado 76/72.
(75) SUDAM — Projeto 332; SUFRAMA — Certificado 42/70.
(76) SUDAM — Projeto 715; SUFRAMA — Certificado 37/70.
(77) SUFRAMA — Certificado 148/74.

e Gentek (78). A madeireira Tinove conta com isenção de imposto de renda, proporcionado pela SUDAM (79).

2. Empresa estrangeira é beneficiada por fiança de Banco estatal.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) avalizou um empréstimo, no Exterior, de US$ 150 milhões, para a Jari Florestal e Agropecuária Ltda. (National Bulk Carriers, de Daniel Ludwig). O capital deverá ser empregado na implantação de uma fábrica de celulose (80).

Este aval contraria a conhecida orientação, taxativa, do Banco: somente operar com empresas controladas pelo capital nacional.

O empréstimo equivale a 1% da dívida externa brasileira (81).

3. País carente de capital monta infra-estrutura para atender as atividades econômicas de grupos estrangeiros.

Os dois grandes projetos minerais em vias de instalação, na Amazônia, necessitam, para sua realização, da montagem de uma infra-estrtura cara.

a) O caso da exploração da bauxita.

A bauxita só é exportável sob a forma de alumina, que exige, para seu processamento, grandes quantidades de energia elétrica.

A bauxita do vale do Trombetas será processada numa usina de alumínio em Vila do Conde, município de Barcarena, ao Sul de Belém, pela Albrás (Light Smelters Metal Association & Companhia Vale do Rio Doce). As corredeiras do rio Tocantins, dada sua proximidade e potencial hidráulico, poderão produzir e fornecer a energia elétrica necessária.

Em função, pois, do projeto-bauxita, será construída, pela Eletronorte, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Segundo a idéia inicial, o grupo japonês e a Companhia Vale do Rio Doce as-

---

(78) SUFRAMA — Certificado 122/74.
(79) SUDAM — Projeto 744.
(80) "Veja" — 14-4-76, pág. 90.
(81) "Movimento" — "O aval a Mr. Ludwig". 1-12-1975. pág. 11.

sumiriam a responsabilidade de todos os investimentos necessários para implantar o Projeto no rio Trombetas, a usina de alumínio, nas proximidades de Belém, a Hidrelétrica de Tucuruí, e outras obras menores. Os custos do kw seriam tão elevados que os japoneses propuseram transferir a produção de energia para o âmbito estatal, ou, então, que a Companhia Vale do Rio Doce saísse do Projeto. O Governo resolveu, afinal, incumbir-se da produção da energia de Tucuruí (82).

O projeto da Hidrelétrica de Tucuruí inicia a construção da usina em 1976, e começará a operar em 1981, com uma potência instalada de quase 4 bilhões de quilowatts. As despesas totais serão da ordem de 2 bilhões de dólares. Evidentemente, a construção de uma usina com tão elevados custos só seria possível com financiamento. O Brasil, então, contrai dívidas junto a bancos japoneses. O Governo obteve créditos totais no montante de 2 bilhões e meio de dólares, incluindo-se, neste total, não apenas a Hidrelétrica, mas também a produção de alumínio e o financiamento de projetos de produção animal (83). Estes últimos, com pequena participação na cifra global.

b) A exploração do ferro da Serra dos Carajás.

Para a exportação do minério de ferro da Serra dos Carajás, é preciso que se estabeleça a via de transporte desde a jazida, no interior do Pará, até o porto, no litoral. Há duas opções. Por uma, a ferroviária, com direção geral SW-NE, se alcançaria, em São Luís do Maranhão, o porto de Itaqui. Pela outra, a hidroviária, se regularizaria o curso do rio Tocantins e se construiria o porto marítimo de Espadarte, ao Norte de Belém. A primeira custaria US 1.839 milhões e a segunda, US 2.429 milhões (84).

A Amazônia Mineração (AMZA), empresa formada pela associação da Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da United States Steel Corporation, e a Companhia Vale do Rio Doce, arcaria com as despesas, que seriam divididas proporcionalmente à participação de cada um no capital, isto é, respectivamente, 49% e 51%. A United States Steel decidiu participar, no entanto, com apenas 30% do capital (85).

---

(82) "Opinião", n.º 148 — 5-9-1975, pág. 9.

(83) "Jornal do Brasil" — 30-1-1976, pág. 19.

(84) "Opinião" — 5-12-1975, pág. 9.

(85) Idem, ibidem.

Evidentemente, os 70% das despesas ficariam por conta do Governo, que seria obrigado a fazer empréstimos no Exterior, para atender ao programa.

Apesar disto, o grupo americano se desinteressou pelo projeto Carajás, tanto que ainda não se está cogitando de sua implantação. O desinteresse, momentâneo, pelo projeto de mineração, relacionava-se, certamente, com a crise econômica mundial e, em especial, com a questão do preço das matérias primas. Havia redução de interesse, e não desistência, ficando esta importante jazida, e a de bauxita, também no mesmo caso, como vultosas reservas.

Recentemente, o aproveitamento econômico do ferro paraense voltou aos comentários da Imprensa, pois o Ministro Reis Veloso reuniu-se com o Sr. Robert McNamara, para tratar do assunto (86).

4. O truste traz tecnologia avançada para explorar, apenas, matérias primas, ou beneficiá-las, visando sempre a seu próprio interesse.

> "Quando a tecnologia é controlada do Exterior, isso geralmente significa que fundos de pesquisa e desenvolvimento encaminham-se para a firma estrangeira, que desenvolve ainda mais tecnologia — tecnologia que é elaborada com vistas à maximização mundial do lucro, e não às necessidades do desenvolvimento dos países pobres".
>
> "Poder Global — A força incontrolável das multinacionais". — Barnet, R. & Müller, R. — pág. 163, Editora Record, RJ, 1976.

As companhia estrangeiras ligadas à exploração mineral participam apenas de projetos de mineração, como é o caso do ferro da Serra dos Carajás, ou, então, de planos de beneficiamento de matérias primas, do que são exemplos a usina de pelotização do manganês, do Amapá, a usina de redução da cassiterita, em Manaus, e a usina de alumínio, projetada para Vila do Conde. O único plano de industrialização seria o de Itaqui, abandonado definitivamente.

a) A usina de pelotização de manganês do Amapá.

O projeto de pelotização do manganês foi estudado durante 3 anos, nos EUA e no Amapá. Através desse processo,

(86) "Jornal do Brasil" — 9-3-1976, pág. 8. Informe JB.

podem-se utilizar os finos, não aproveitados na mineração comum. Além disso, concentra o minério, reduzindo as impurezas, e, assim, ganhando no frete, o que é importante, porque a exportação de minério é a preço FOB, por conta do comprador, o próprio grupo estrangeiro. Portanto, a pelotização só vem a favorecer o grupo estrangeiro que a adotou.

72% do minério de manganês do Amapá já foram exportados, principalmente para os EUA. Das 25 956 590 t da reserva cubada, até 1973 já se haviam extraído 18 556 997 t (87). Se for mantido o ritmo de retirada de 1973, que foi de .... 2 140 048 t, em 3 anos e meio estará esgotada a jazida da Serra do Navio!

Deve-se considerar, ainda, como lembrou o General Ciro Borges, Vice-Presidente de Planejamento da Companhia Siderúrgica Nacional, que "sem manganês não se pode fazer aço. E não se pode esquecer que cada tonelada de manganês que é exportada representa 70 t de aço que deixam de ser produzidas" (88), no país.

b) A usina de redução de cassiterita, em Manaus.

Localizada no Distrito Industrial de Manaus, beneficia a cassiterita de Rondônia, recebendo os incentivos fiscais da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA —, e os da SUDAM, também.

Os grupos interessados na cassiterita — Companhia Estanífera do Brasil, Companhia Industrial Fluminense e Best Metais, todos com participação dos trustes — formaram a Companhia Industrial Amazonense (CIA), para fazer a redução da cassiterita (89). Produziria, numa primeira fase, 2 400 t, e, na segunda, 4 000 t/ano de estanho. Para tal, adquiriu maquinaria no Canadá, beneficiando-se com a isenção de impostos de importação, concedida pela SUFRAMA (90). A capacidade ociosa nesta indústria, no entanto, é elevada, como o é nas similares em outras partes do Brasil. A empresa deverá, por isso, reduzir fortemente a sua produção.

---

(87) Fundação IBGE — Anuários Estatísticos do Brasil.

(88) Citado em "Opinião" — 19-12-1975, pág. 8.

(89) "Banas", n.º 886 — 12-4-1971, pág. 36.

(90) "Banas", n.º 915 — 1-11-1971, pág. 30.

c) **A usina de alumínio.**

A bauxita extraída no vale do rio Trombetas será transformada em alumínio em Vila do Conde, município de Barcarena, ao Sul de Belém. Para isto, foi constituída a ALBRÁS — Alumínio do Brasil, com capitais da Companhia Vale do Rio Doce e do grupo japonês Light Smelters Metal Association, como já foi visto.

Mas o consórcio japonês terminou por pedir a redefinição do Projeto inicial, reduzindo-se à metade a capacidade de produção, que era de 640 mil toneladas de alumínio e de 1.300 t de alumina, elemento básico na mineração do alumínio (91). O Japão tem interesses em outros países, conforme foi assinalado.

As fontes de recursos são a Companhia Vale do Rio Doce, a SUDAM, o BNDE e o grupo japonês (92).

A usina de alumina é indispensável, porque não se pode exportar bauxita sem, antes, beneficiá-la. Além disso, a mineração do alumínio exige quantidades elevadas de energia elétrica, e esta se acha por conta do Governo, que, em conseqüência, se endivida no Exterior.

d) **Fracassa o projeto de construção da Usina Siderúrgica de Itaqui.**

O único projeto de implantação de indústria de base, em grande nível, na área da Amazônia Legal — o da Usina Siderúrgica de Itaqui — fracassou completamente.

Seria construída nas proximidades de São Luís, Maranhão, utilizando o minério de ferro da Serra dos Carajás. Este plano relacionava-se com o da ferrovia até o porto de Itaqui. Lá, uma parte do minério seria exportada, e outra serviria para a produção local de aço, planejada para 4 milhões de toneladas (93), isto é, 56% da produção total brasileira de aço em 1973 (94).

Inicialmente, a Siderúrgica seria construída pela empresa resultante da associação da SIDERBRÁS com a United States Steel Corporation, a mesma que, em Carajás, vai associar-se

---

(91) "Veja" — 8-10-1975, págs. 130/131.

(92) "Veja" — 18-9-1974, pág. 138.

(93) "Opinião" — 13-2-1976, pág. 7.

(94) Fundação IBGE — "Anuário Estatístico do Brasil" — 1974.

à Companhia Vale do Rio Doce. Ela, logo desistiu da associação com a SIDERBRÁS; outras interessadas apareceram, tais como a British Steel, a Altos Hornos de Biscaya e a Nippon Steel (95). As duas primeiras retiraram-se, no início do Projeto; a última, recentemente, segundo confirmação do Ministro das Minas e Energia, de volta de sua viagem ao Japão (96).

e) O truste não se preocupa em seguir uma política conservacionista.

"Levantamento do Governo do Amazonas revela que, se for mantido o ritmo de desmatamento verificado no ano passado — 100 mil quilômetros quadrados — a Amazônia deixará de existir como floresta no prazo máximo de 27 anos. Em compensação, será o maior deserto do mundo". (97)

Geralmente, associa-se a idéia de tecnologia avançada às empresas procedentes dos países desenvolvidos. Com relação à mineração, viu-se qual o comportamento delas. No setor dos projetos pastoris, observa-se que as empresas estrangeiras utilizam o mesmo sistema das empresas nacionais — a pecuária extensiva. Sob outros aspectos, também não se diferenciam muito das outras. Uma das fazendas Swift-King Ranch (98), por exemplo, com cerca de 62 mil hectares, deixa 50% da propriedade em floresta, porque é cláusula obrigatória da SUDAM, da qual usufrui benefícios. No emprego do pasto de capim colonião, na formação do rebando com gado Nellore, na lotação do pasto e no fato de possuir pista de pouso, avião, tratores, serraria, em nada difere dos projetos das empresas brasileiras, e não traz nenhuma contribuição tecnológica. Mas utiliza os recursos financeiros brasileiros, pois 75% do total de Cr$ 28 milhões provêm de incentivos fiscais.

Além do mais, a floresta é derrubada, em grandes extensões, sem nenhuma preocupação com o equilíbrio ecológico. O fogo é posto na mata, e alcança, às vezes, proporções enormes, observáveis por satélite. Foi o que ocorreu com a Companhia Vale do Rio Cristalino, da Volkswagen do Brasil, con-

---

(95) "Opinião" — 13-2-1976, pág. 7.

(96) "Jornal do Brasil" — 13-2-1976, pág. 19.

(97) "Jornal do Brasil" — 5-6-1976, 1.º caderno, pág. 6 — "Informe JB".

(98) IPEA/IPLAN — "Região de Marabá — Visita de empresários à Amazônia". Agosto de 1973, págs. 50/58.

forme denúncia de ecologistas norte-americanos, alemães e brasileiros na 27.ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Belo Horizonte, em setembro de 1975 (99). A Volkswagen desmentiu a denúncia (100). A Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e o IBDF ficaram de averiguar a acusação (101), porém, até a presente data, nada se soube do resultado do exame. Em geral, considera-se o caboclo ignorante, e com razão, porque queima alguns hectares de mata, a qual, pelo sistema de roças que ele usa, termina por se reconstituir. Que dizer de um caso desses?

Os projetos da indústria madeireira recorrem à substituição da floresta por meio da plantação de mata homogênea. É o exemplo da Jari Florestal e Agropecuária, que, numa área de 97 000 km2 da floresta amazônica, formará tal tipo de mata, com a espécie asiática gmelina (102).

Tudo isto contraria frontalmente o espírito conservacionista, o qual deve caracterizar a adoção da tecnologia avançada, em prol de um desenvolvimento harmonioso, que beneficie o Homem, sem violentar a Natureza, da qual ele é parte integrante e inseparável.

Conclusão

Em 1967, o Instituto Hudson, de Nova Iorque, por solicitação do Departamento de Estado norte-americano, elaborou um plano para a construção de um grande lago no Médio Vale do Amazonas, cuja finalidade principal seria dar acesso (aos trustes, evidentemente) às terras altas e, conseqüentemente, às riquezas minerais da Região (103 e 104). Denunciado o projeto, principalmente pelo Prof. Artur César Ferreira Reis, ex-governador do Amazonas, e Presidente de Honra desta CNDDA, como contrário à Segurança Nacional, foi ele derro-

---

(99) "O Estado de São Paulo" — 15-7-1975.

(100) "Jornal da Tarde" — 15-7-1975.

(101) "O Estado de São Paulo" — 15-7-1975.

(102) "Banas", n.º 911 — 4-10-1971, pág. 23.

(103) Panero, R. — "Um sistema Sul-Americano de Grandes Lagos". Ed. Multilit do Instituto Hudson, 27-3-1967.

(104) "Folha de S. Paulo" — Suplemento Especial — "Amazônia: Um vazio cheio de riquezas". 16-4-1967.

tado. Seu principal objetivo, porém, está sendo atingido, e em maior extensão, talvez, pois os recursos naturais da Amazônia acham-se quase completamente sob o domínio desnacionalizante dos grandes trustes, como se acaba de comprovar.

Felizmente, confiamos serenamente em que o Povo Brasileiro, alertadas as suas Forças Armadas, saberá, mais uma vez e como sempre, esmagar a "cobiça internacional" e "defender a Amazônia Brasileira", para as atuais e as futuras gerações, no interesse, inclusive, da Humanidade.

Quadro Sinótico da Participação dos Capitais Estrangeiros na Amazônia

SETOR DE MINERAÇÃO

Minério	Reserva Estimada (t)	Localização	Empresas e Nacionalidades	Capital	Participação do Capital Nacional	Incentivos Fiscais	Observações
Manganês	25 M	Serra do Navio AP	Bethlehem Steel Co. (EUA)	Cr$ 200 M (1971)	51% (Gr. Azevedo Antunes)	SUDAM - isenção do imposto de importação - isenção do imposto de renda - recursos pa- - ra implantação da usina de pelotização	
Cassiterita	55 m	Rondônia	Brascan (Can.) Patino N. V. (Hol.) Grupo Itaú	?	?	?	As informações são imprecisas
Ferro	18 B	Serra dos Cajás - PA	United States Steel & CVRD (EUA - BR)	Cr$ 21 M (s/data)	51% CVRD	?	Em fase de implantação

Bauxita	1,7 B	Vale do Trombetas - PA	Light Smelters Metal Association & CVRD (Japão - BR)	US$ 17,5 M (1975) — (inclusive a usina de alumínio)	51% CVRD	?	O projeto anterior C.V.R.D. & ALCAN tinha incentivos da SUDAM.
		Vale do Jari PA	National Bulk Carriers (EUA)	?	—	—	Para este projeto não obteve ainda incentivos fiscais
Caulim	45 M	Vale do Jari AP	National Bulk Carriers (EUA)	?	—	SUDAM - isenção do imposto de renda - isenção do imposto de importação	

SETOR MADEIREIRO

Firma	Localização	Empresas e Nacionalidades	Capital	Participação do Capital Nacional	Incentivos Fiscais	Observações
Amazonas Timber Ltd.		Hans & Johannes Oesterle (Al. Fed.)	?	—	—	
Atlantic Venner de Mato Grosso S.A.	Cuiabá - MT Belém - PA					
Indústria de Madeiras	Macapá - AP	Atlantic Venner Co. (EUA)	Cr$ 200.000 (s/data)	—	—	
Banakoba Ltda.	Manaus - AM	Caribbean Lumber (Bahamas)	Cr$ 355.231 (s/data)	—	—	
Bruynzeel Madeiras S.A.		Bruynzeel N.V. (Holanda)	Cr$ 15.000.000 (s/data)	ICOMI (minoritária)	SUDAM - 49% dos recursos para implantação - isenção do imposto de renda - isenção do imposto de importação	
Brumasa						
Cia. Amazonas Madeiras e Laminados	Portel - PA	Georgia Pacific Co. Portland - (EUA)	Cr$ 700 000 (s/data)	—	SUDAM - isenção do imposto de renda - isenção do imposto de importação	Foi citada na CPI da venda de terras a estrangeiros
Eidai do Brasil Madeiras S.A.	Belém - PA	Eidai Co. Ltd. (Japão)	Cr$ 30.000.000 (s/data)	—	—	

Jari Florestal e Agropecuária Ltda.	Almeirim - PA	National Bulk Carriers (EUA)	Cr$ 38.985.000 (s/data)	—	SUDAM - isenção do imposto de importação	Foi citada na CPI da venda de terras a estrangeiros.
Lawton Madeiras da Amazônia Ltda.	Região de Belém - PA	Lawton Lumber Co. Inc. (EUA)	?	—	—	
Madeiras Asturgal	Muanã - PA	Elena Murillo Padilla (Costa Rica)	?	—	SUDAM - isenção do imposto de renda - isenção do imposto de importação	
Mad. Gerais S.A. Magesa	Breves - PA	Georgia Pacific Co. (EUA)	Cr$ 10.000.000 (s/data)	—	SUDAM - 75% dos recursos para modernização da indústria	Foi citada na CPI da venda de terras a estrangeiros
Madesa — Indústria Madeireira de Santana S.A.	Macapá - AP	Det Ostasiastiske Kompagnie A.S. - (Dinamarca)	Cr$ 5.097.560 (1974)	—	—	
Maracacuera Florestal S.A.	Belém - PA	Eidai Co. Ltd. - (Japão)	?	—	—	
Superfine Madeiras S.A.	Macapá - AP	Toyo Menka (Japão)	Cr$ 10.800.000 (s/data)	—	SUDAM - 45% dos recursos para implantação	
Tinove S.A. — Indústria e Comércio de Madeiras	Manaus - AM	Starko (Suíça)	Cr$ 5.000.000 (s/data)	69% de Dario Tragni	SUDAM - isenção do imposto de renda.	

SETOR DE PECUÁRIA

Firma	Localização	Empresas e Nacionalidades	Capital	Partici-pação do Capital Nacional	Incentivos Fiscais	Observações
Agropastoril Nova Patrocínio S.A.	Luciara - MT	John W. H. de Buys Roessingh (Suíça)	Cr$ 4.111.290 (s/data)	—	SUDAM - 75% dos recursos para implantação	
Agropastoril Sul do Pará S.A.	Conceição do Araguaia - PA	Ester Research Investments Co. Inc. (Panamá)	Cr$ 4.128.144 (s/data)	—	SUD'AM - 75% dos recursos para implantação	
Agropecuária Araguaçu	Araguaçu - GO	Tsuzuki Spinning Co. Ltd. (Japão)	Cr$ 2.969.881 (s/data)	—	SUD'AM - 75% dos recursos para implantação	
Agropecuária Duas Ancoras	Barra do Garças - MT	Heublein Inc. (EUA)	Cr$ 11.005.081 (s/data)	Nogueira Ltda	—	Não há indicação da % de participação do capital nacional
Araguaia Frigoríficos S.A.	Araguaína - GO	Twin Agricultural and Industrial Developers Inc. - (EUA)	Cr$ 18.500.000 (s/data)	—	—	
Capri - Cia. Agropecuária do Rio Inajá	Santana do Araguaia - PA	Sifco Industries Inc. (EUA)	Cr$ 2.504.283 (s/data)	—	—	
Cia. Vale do Rio Cristalino — Agrop. Com. e Indústria	Santana do Araguaia - PA	Volkswagen do Brasil Ind. e Com. Automóveis S.A. - (Al. Fed)	Cr$ 157.778.773 (s/data)	?	SUDAM - 74% dos recursos para implantação	

Cia. Rio Capim Agropecuária	PA	Nichimen & Grupo Bradesco (Japão)	Cr$ 1.500.000 (s/data)	2/3 - Grupo Bradesco (BR)	—	
Drury's Fiel S.A. Agroindustrial	Barra do Garças - MT	Heublein Inc. (EUA)	?	16% Móveis Fiel	—	
Fazenda Nova Viena S.A.	Barra do Garças - MT	Georg Markhof - (Áustria)	Cr$ 28.289.755 (s/data)	—	SUDAM - 65% dos recursos para implantação	
Fazendas Swift - King Ranch	Paragominas - PA	Brascan - Swift - Armour - King - Ranch (EUA)	Cr$ 28.036.739 (s/data)	Gr. Antunes s/ indicar participação	SUDAM - 73% dos recursos para implantação	
Liquifarm - Agropecuária Suia - Missu S.A.	Barra do Garças - MT	Liquigás S.A. (Itália)	Cr$ 64.700.000 (s/data)	Gr. Ometto Dedini sem indicar participação	—	678.000 ha
Mitsui Agropecuária Ltda.	Castanhal - PA	Mitsui & Co. - (Japão)	Cr$ 2.656.088 (s/data)	—	SUDAM - 75% dos recursos para implantação	
Novos Horizontes Agropecuária S.A.	Araguaína - GO	Twin Agricultural and Industrial Developers Inc. - (EUA)	Cr$ 18.200.000 (s/data)	—	—	
Quilombo Agropecuária S.A.	Barão de Melgaço - MT	Gertrud Reemtsma (Al. Fed.)	Cr$ 850.560 (1971)	—	—	

ZONA FRANCA DE MANAUS

Firma	Ramo	Empresas e Nacionalidades	Capital	Participação do Capital Nacional	Incentivos Fiscais	Observações
Amazonas Engineering Co Ltd.	?	Frederick Leyland & Co. (R. U.)	Cr$ 260.789 (s/data)	—	—	
Cia. Industrial Amazonense	Beneficiamento de Cassiterita	Fraga & Durão - (Portugal)	Cr$ 37.681.100 (s/data)	Sim, s/indicar participação	SUDAM - 75% dos recursos para implantação	Beneficia-se também de incentivos da SUFRAMA
Estaleiros Plano Inclinado S.A.	Construção Naval	Frederick Leyland & Co. (R. U.)	Cr$ 3.731.192 (s/data)	—	SUDAM - 59% dos recursos para modernização dos estaleiros	Idem
General Eletric da Amazônia	Mont. Aparelhos Elétricos e Eletrônicos	General Eletric Company (EUA)	?	?	SUFRAMA	
Gentek S.A. Ind. e Com.	Mont. Aparelhos Eletrônicos	Shibamoto & Co. Ltd. (Japão)	Cr$ 11.815.609 (s/data)	—	SUFRAMA	
Iplam - Indústria Pasteurização de Leite do Amazonas S.A.	Indústria Alimentar	David Lavery - (Austrália)	?	—	—	

Pereira Lopes — Ibesa - Aparelhos e Componentes Eletrônicos S.A.	Mont. de aparelhos Elétricos e Eletrônicos	Sanyo Eletric Co. Ltd. (Japão)	Cr$ 100.737.627 (s/data)	32% Pereira Lopes	SUDAM - 36% dos recursos para implantação	Idem
Philips da Amazônia	Mont. de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos	S.A. Philips do Brasil (Holanda)	Cr$ 11.830.000 (1974)	—	SUDAM - 55% dos recursos para implantação	Idem
Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos	Mont. de Aparelhos Elétricos Eletrônicos	Sharp Co. (Japão)	Cr$ 21.973.000 (1974)	90% Grupo M. Machine	SUDAM - 9% dos recursos para implantação	Idem
Tecnocério S.A.	Pedras para isqueiros	Bio S A. (França)	?	?	SUDAM - Isenção do imposto de renda	Idem
Honda	Montagem Motocicletas	Honda Motor Co. Ltd. (Japão)	?	?	?	
Yamaha	Montagem Motocicletas	Yamaha Motor Co. Ltd. (Japão)	?	?	?	

(Publicado na Revista "Vozes", n.º de novembro de 1976).

O HOMEM E A AMAZÔNIA

I Parte

Odarino Breda Filho *

Pode-se dizer que, desde o descobrimento, a conquista da Amazônia tem sido a meta de diferentes governos. Portugal e Espanha, sobre cujos domínios, na época, o sol não se punha, foram os principais protagonistas dessa fase inicial. Apesar da estarrecedora imensidão da área a ser ocupada, das distâncias, de outras conquistas pelo mundo, as duas potências ibéricas silenciosamente se lançam à tarefa. Exploradores como Pinzon, Orellana e Pedro Teixeira fazem o reconhecimento do terreno. Os silvícolas são catequisados por missões religiosas de ambos os Reinos, dos quais, logicamente, passam a fazer parte. Os militares, em pontos estratégicos, constroem fortificações. Assim delimitam (às vezes, a tiro de canhão, como no caso do Forte Príncipe da Beira) os territórios das respectivas Coroas e desestimulam expansões de outras potências.

Recordemos que, em 1604, Charles Leigh, a serviço da Inglaterra, funda uma colônia no Rio Oiapoque. Se o empreendimento tivesse prosperado, certamente não haveria Guiana Francesa, nem o citado rio seria nosso limite extremo. Além disso, em 1623, portugueses e espanhóis, unidos sob a mesma coroa, expulsam ingleses, franceses e holandeses do Estuário do Amazonas, e põem ponto final na colonização holandesa do Xingu.

A fortificação do Cabo Orange ajudou a nos garantir não apenas o Amapá, mas toda a Amazônia Oriental. A cobiça euro-

---

* Médico Ginecologista.

péia tentou ainda a conquista do Maranhão, do Nordeste e do Rio de Janeiro.

Figura ímpar, durante o Período Colonial, foi o Bandeirante. Misto de explorador, civilizador, militar, apesar de escravagista, conseguiu dilatar enormemente as fronteiras brasileiras, especialmente na Amazônia.

Após a Proclamação da Independência, D. Pedro II, em 1850, incumbe, ao Barão de Mauá, a tarefa de organizar a "Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas". Por etapas, as rotas atingem Manaus, Tabatinga, Cametá. Posteriormente, outras companhias de navegação se dirigem aos rios Madeira, Purus, Negro, estabelecem linhas regulares entre Belém e Manaus, procuram os afluentes, etc.

Recordemos ainda as pesquisas de dois cientistas: Humboldt, entre 1799 e 1804, e Bates, entre 1848 e 1856.

Veio a fase áurea da borracha, até 1910; em 1927, a Fordlândia.

Os esforços mais recentes, dos últimos governos, já são bem conhecidos.

Então, se a conquista da Amazônia, ainda que morosa, vem se fazendo há cerca de quatro séculos, por que se haveria de tocar no assunto, mais uma vez?

Na verdade, há razões para isso.

Inicialmente, porque se as demais regiões do País já estão, a grosso modo, conquistadas, integradas, o mesmo não ocorreu ainda na Amazônia — e ela representa uma fração enorme da Nação. Durante a fase atual, de embriogênese, é que devem ser discutidas os mais variados planos, idéias, metas, possibilidader, etc. Depois de um projeto ter-se materializado, se surgirem defeitos, a correção, se possível, será muito mais custosa.

Logo, o que pode parecer tempo perdido, será realmente ganho. Quanto mais brasileiros se inteirarem do assunto, e dele tomarem parte, melhor.

Em segundo lugar, se a conquista vinha se arrastando há séculos, por que a movimentação dos últimos tempos? Porque, a continuar o ritmo anterior, levaríamos alguns milênios para ocupar a área, supondo que nenhuma potência estrangeira se adiantasse. E aí está um dos pontos nevrálgicos da questão.

Após as guerras, a Humanidade, cansada de sofrimentos, destruições, morticínios, honestamente se propõe a respeitar Leis, Tratados e Organismos Internacionais; a combater a fome, a miséria, a ignorância; a promover a elevação do padrão de vida, etc., etc., etc.

Mas, à medida que os anos passam, as feridas vão cicatrizando, as dores são esquecidas. Surgem novas gerações, o Passado fica sendo apenas o passado, assunto para velhos relembrarem. A Humanidade volta a dar ouvidos aos maus conselhos da ambição, da ganância, da intolerância, do desrespeito ao direito alheio. A Lei do Mais Forte volta a ser a justificativa do apetite mais cínico. E surge então motivo para nova guerra.

Sempre foi assim, e cremos que, infelizmente, continuará sendo assim por muito tempo, se não para a eternidade. Vejam-se, nos dias atuais, as guerras frias, guerras quentes, guerras religiosas, ideológicas, ameaças de guerras atômicas, guerras do petróleo, do fosfato, do couro, dos têxteis, dos fretes, e até da lagosta...

Que fazer?

As campanhas pacifistas, ainda que bem intencionadas (ou até mal intencionadas, quando pretendem minar a combatividade de possível inimigo do futuro), nos parecem todas utópicas. Não conseguem desarmar nem mesmo uma pequena comunidade, quanto mais a Humanidade...

Resta, então, a orientação que, através dos séculos, nos vem dos estadistas romanos: "Si vis pacem, para bellum." Se queres a paz, prepara a guerra.

Evidentemente, os brasileiros querem a paz, precisam da paz, da Ordem e do Progresso. Só mesmo um louco teria a insensatez de nos propor guerras ofensivas. Se um dos nossos maiores problemas é, exatamente, ocupar nosso território, por que, e para que haveríamos de pensar em conquistar o alheio?

Mas o restante da Humanidade, pensará exatamente como nós?

Países que insuflam guerras e subversão em qualquer parte do mundo; que financiam assassinatos; que ameaçam declaradamente conquistar, pela força das armas, as fontes de matéria prima de que necessitam, mas cujo preço não querem pagar; países que, contra a opinião mundial, pretendem dilatar as fronteiras, apenas porque são as deles; países que, para enriquecer rapidamente, fazem pouco caso da sorte do 1.º, 2.º 3.º ou 4.º Mundo, se existir — esses países respeitarão nossas riquezas, garantidas apenas pelas linhas imaginárias, que são as fronteiras?

É duvidoso...

Como esse assunto não admite dúvidas, mas apenas certezas, será mais seguro dar todo o apoio possível às nossas Forças Armadas.

Porém, como a árvore assimila o vigor através de suas raízes, as Forças Armadas dependem da Economia, especialmente da Indústria. Esta, por sua vez, depende das diversas formas de energia (petróleo, carvão, eletricidade), e das outras riquezas naturais.

Em última análise, e algo grosseiramente, a segurança do país depende do binômio Economia — Homem Armado.

Ora, a Economia, apesar das dificuldades, algumas internas, outras externas, tem demonstrado boa vitalidade: surgem veículos, vagões, navios, máquinas e produtos químicos. A Petrobrás, em tempo recorde e com técnicas novas, abre poços e refinarias de petróleo. Surgem usinas hidroelétricas, rivais das maiores do mundo. Nascem estradas de rodagem, ferrovias, indústrias de todo o tipo. Exportamos café, açúcar, soja, minérios, manufaturados, máquinas, motores e aviões. Companhias brasileiras abrem estradas e aeroportos na África e no Oriente Médio, siderúrgicas na Bolívia, pesquisam petróleo em vários países, etc. Ao mesmo tempo, e apesar das aves de mau agouro, aos poucos, as riquezas e possibilidades da Amazônia vão se concretizando: ferro, alumínio, manganês, estanho, urânio, carvão, petróleo, madeiras, energia elétrica, agricultura e pecuária.

Portanto, em relação à Economia, o futuro nos parece tranqüilo e promissor — até mais promissor do que seria de se esperar para um país "em vias de desenvolvimento", mas já em condições de firmar acordos nucleares, à revelia e até contra a vontade de duas das maiores potências do mundo atual.

Já quanto ao Homem, temos algumas apreensões.

II Parte

A ocupação da Amazônia deverá se prolongar por muitos anos, dada a vastidão da área a ser conquistada. Mas, não podemos nos esquecer de que, durante esse mesmo número de anos, outros países irão esgotando as fontes de matéria-prima, de que se valem agora. Terão, também, populações cada vez maiores, e mais exigentes. Os respectivos governos. premidos por pressões internas poderão reviver conceitos de 'Espaço Vital", desta vez aplicados à Amazônia.

Temos, portanto, que nos apressar.

Certamente, teremos de enfrentar problemas sanitários, sociais, econômicos, políticos, etc. Mas, qual o progresso que se faz sem sacrifícios, sem esforços, sem ônus?

O Brasil é um país excepcional sob muitos pontos de vista, e, cremos, também quanto à solução do problema amazônico.

Essa solução não poderá ser adiada para o futuro, terá de ser dada no momento atual. Não depende do que se achar, ou deixar de achar, na Amazônia, porque, de uma forma ou de outra, o povo brasileiro, um dos mais versáteis do mundo, exatamente por ter recebido contribuição étnico-cultural de todo o mundo, encontrará modos de lá se fixar. Por exemplo, na faixa litorânea, já ocupamos desde 4º Norte até 330 Sul. Temos cidades de clima equatorial, como Belém e Manaus, e cidades de clima temperado, com geadas e até nevadas, como S. Paulo, Curitiba, São Joaquim e Porto Alegre. Temos dezenas de cidades à beira mar, e outras a mais de mil metros de altitude.

A nosso ver, essa solução depende muito mais **do que não fazer**, do que realmente **do que fazer**.

O Brasil dispõe de um dos maiores coeficientes de natalidade. Se não fizermos nada, dentro de uns trinta anos, teremos dobrado de população. Dito de outra forma, sem esvaziarmos o Brasil atual, teremos criado um segundo Brasil, dentro da Amazônia.

Toda atividade econômica que lá venha a se desenvolver, tornando a ocupação verdadeira e definitiva, precisará, evidentemente, do Elemento Humano.

Esse Elemento Humano terá de ser, em sua maioria, constituído de brasileiros natos, porque estrangeiros, isolados pelas distâncias, formarão quistos étnicos-culturais-religiosos.

Como obter brasileiros natos, a não ser pelos nascimentos?

Como ter nascimentos, se campeia livre, até estimulada por financiamentos exteriores, a Campanha de Controle da Natalidade?

Desde logo, tratemos de desfazer a confusão, mal intencionada, que se faz entre Paternidade Responsável, e Controle da Natalidade.

A primeira, aceita pela Igreja, é totalmente diferente da segunda, açulada, financiada e até imposta pelo Capital Internacional, ateu, apátrida, amoral.

Paternidade (do latim pater, patris, pai) pressupõe a existência do pai, e, além dele, da mãe, pois sem ela não haveria filhos, isto é, o motivo da discussão. A expressão admite, a priori, a família. Sem admitir família, pai perde muito de seu significado. Passa a ser genitor, isto é, aquele que apenas gerou.

A palavra Responsável (do latim res, rei, coisa e pondus, ponderis, peso, isto é, o peso das coisas) implica na avaliação do peso que cada chefe de família deve assumir, ao dimensionar sua família.

Isso é totalmente diferente de Controle da Natalidade. Neste, a meta é diminuir os nascimentos. Nunca tivemos notícia de que se procurasse o inverso. Desde a denominação, já se sente falsidade. Controle admite a possibilidade para mais ou para menos. Mas, neste caso, o sentido é unidirecional, só para menos, só para baixo, só para o não ser, só para a Morte, só para o esgoto ou a fossa negra, já que aborto não vai nem ao cemitério...

A tal Campanha se vale de argumentos ardilosos. Apresenta a imagem de um casal jovem, com dois filhos já meio crescidos, todos os quatro saudáveis, bonitos, alegres, adequadamente trajados, num delicioso "week-end", ou num 'camping", até com barraca e automóvel.

Em contrapartida, pinta uma família numerosa, paupérrima, esqualida, no duro amanho da terra.

A intenção é evidente: poucos filhos — saúde, riqueza, bem-estar familiar; muitos filhos — sofrimento, miséria, escravidão.

É um sofisma do tipo "os ricos tomam scotch; tome bastante scotch e se torne rico". Na verdade, o desavisado que seguir esse capcioso arrazoado ficará ainda mais pobre, pois além de perder o dinheiro, perderá a saúde e a respeitabilidade. Será, apenas, um alcoólatra...

A Campanha, pondo no lobo a roupagem do cordeiro, se propõe (e consegue) enganar gente de bons sentimentos e boas intenções. Aliás, dizem que de boas intenções, o Inferno está cheio... Aparentando sentimentalismo, lá vem a argumentação: "De que vale pôr dez filhos no mundo, se, depois, metade morre, e metade passa fome?"

Infelizmente, é doloroso, mas obrigatório, reconhecer: a metade das crianças vai mesmo para o cemitério. Da metade restante, muitas, mas não todas, passarão privações, sofrimentos, etc.

Cabe, porém, indagar: se ao invés de dez, tivessem nascido apenas cinco, seriam as cinco da Vida, ou as cinco da Morte? Se fossem as cinco da Vida, passariam menores privações, só porque as outras não teriam dado o prejuízo do enterro? Se fossem as cinco da Morte, qual seria o futuro da família, e mais remotamente, o da Pátria? O almejado "crescimento zero", a estagnação, ou até o retrocesso?

A resposta correta a essa argumentação, pretensamente sentimentalista, já que não consulta aos sentimentos pessoais dos interessados, é bem diversa da apregoada pela Campanha. Se de dez morrem cinco, lutemos para que não morram Se passam privações, lutemos para que não as passem. Investiguemos como e por que fatos tão penosos se desenrolam no nosso país. Ataquemos também as causas, não apenas os efeitos. Então, além de mais numerosos, seremos mais ricos, e, conseqüentemente, mais poderosos. Seremos exatamente o oposto do desejado pelos mentores da Campanha, que nos querem poucos, pobres e submissos. Logicamente, mais fáceis...

Outro argumento, igualmente falacioso, mas, nem por isso menos surrado, alega que o Controle da Natalidade visa coibir o abortamento (provocado ou criminoso, se subentende).

Ressalvando os já mencionados ingênuos bem intencionados (que Deus, na ocasião oportuna, se apiede deles), é preciso ser cínico (do grego cynos, cara de cão) para vir a público com tal mentira.

Para evitar o aborto (admitido que toda gravidez indesejada termine em abortamento provocado, o que nem sempre é verdade), os assalariados da Campanha vão logo metendo no útero da ré, porque conivente do ato, um DIU (Dispositivo Intra Uterino), sabidamente microabortivo. A cada mês, um abortinho, doze meses por ano...

Mas não para aí, o Controle. Nos países onde a lei cedeu, está à disposição o aborto provocado, às vezes até gratuitamente. Basta apresentar qualquer argumento chulo, contanto que a gestação não ultrapasse os três meses iniciais. Aliás, já se estuda (se é possível dar esse nome a coisas tão monstruosas) o aborto de quatro, cinco e mais meses. Pois um legislador estrangeiro já propôs até mesmo o infanticídio, para corrigir "falhas" do Controle da Natalidade.

Dentro de mais alguns anos, sob essa ordem de idéias, teremos o Homicídio, e até o Genocídio.

Tudo para evitar o aborto criminoso...

Para entrar por esses caminhos (melhor seria desvairos), além de ignorar o que seja Respeito à Pessoa Humana, é preciso ignorar a Deus. Dai dizermos ser um movimento ateu.

A "solução" é panacéia proposta a todas as pátrias: desde as superpovoadas e pouco industriailzadas, como a Índia e o Paquistão, como as superpovoadas e muito industrializadas como o Japão e a Holanda, como ainda as subpovoadas, como o Brasil e demais repúblicas das Américas e da África. "Solução" que serve indistintamente para todas as pátrias, não serve

a nenhuma. Daí, dizermos ser um movimento internacional apátrida, ou melhor, patrícida, destinado a debilitar, extinguir as pátrias.

Dissemos ser também amoral, e, de fato, o é.

Já vimos que a referida Campanha de Controle da Natalidade ignora o Respeito à Pessoa Humana, assassinando-a em seus primórdios. Ignora também a Deus, violando os preceitos de todas as religiões dignas desse nome. Ignora também a moral, definida simplesmente, no dicionário, como "Parte da Filosofia que trata dos costumes ou dos deveres do Homem".

Dentre os costumes ou deveres do Homem, nestes últimos dois milênios de civilização cristã, alicerçados em mais milênios de judaísmo, está o Respeito ao Sexo.

O Sexo é a fonte da Vida, é o esteio da Espécie, é uma das principais colunas da Personalidade — se não for a principal, como querem certos psiquiatras. Não pode ser tratado levianamente, como simples aparelho de produzir orgasmos, sem deveres ou responsabilidades, nem anteriores, nem posteriores. Até mesmo os animais irracionais, após o cio, assumem a responsabilidade da gestação, do parto e da proteção da cria. Seremos menos que irracionais?

Embora os adeptos do Controle da Natalidade afirmem o contrário, os fatos são a melhor prova de que os anticoncepcionais, quanto mais difundidos, mais perniciosos são, para o Indivíduo e para a Sociedade.

Quanto ao Indivíduo, além dos danos iatrogênicos(isto é, gerados pelo processo anticoncepcional em si mesmo, como tromboses, embolias, psicoses, enxaquecas, disfunções hormonais, cólicas, corrimento genital, distúrbios da libido, esterilidade, lesões uterinas, talvez até mesmo câncer do útero e dos seios, etc) há a considerar o notável aumento das doenças venéreas. Por exemplo, segundo um estudo recente, a Gonorréia já é a segunda doença, em freqüência, nos Estados Unidos, suplantada apenas pela Gripe. Cerca de 33% das mulheres casadas (frisamos, casadas) são portadoras, naquele país, da doença, não só nos genitais, mas também no ânus e na boca. Se isso ocorre por lá, apesar do alto padrão de Medicina, o que não estará se passando em outros países, de nível sanitário-econômico bem inferior?

Eis aí um dos frutos da liberdade sexual, baseada na certeza do coito inconseqüente, garantido pelos anticoncepcionais.

Na Áustria, em inesperada revista às escolares entre dez e treze anos, se encontraram anticoncepcionais em mais de 80% das bolsas. A vida mental dessas moças será idêntica à

daquelas que pretendem se casar de véu, grinalda, vestido branco, flores de laranjeiras à mão?

Para nossas filhas e nossas irmãs, qual o modelo a aconselhar?

Os jovens que não aprendem a conter o sexo passam a admitir que todos os outros apetites, por serem menos profundos, devem ser prontamente satisfeitos, doa a quem doer. Eis aí uma das raízes dos movimentos "hippies" ("faça o amor-sexo, não a guerra"), movimentos de protestos, de desobediência, de anarquia.

Esses jovens, quando forem adultos, e chegarem às posições de responsabilidade, na família e na sociedade, que serão? Apesar da juventude transviada, terão aprendido a ser Homem e Mulher, maiúsculos, capazes de manter a altivez e a honra, mesmo na adversidade? Ou serão outros tantos "sepulcros caiados"?

Mais frutos da distribuição irresponsável de anticoncepcionais...

Quanto à Sociedade, julgamos estar diante da versão atualizada da Esfinge de Tebas.

Na lenda grega, o monstro fazia um desafio, e devorava a quem não desse a resposta correta. Quando tal resposta chegou, a Esfinge se suicidou, deixando de constituir perigo.

Mutatis mutandis, no caso brasileiro, o desafio é a Amazônia. O monstro que pretende devorar a nossos descendentes, tirando-lhes a possibilidades de nascer, é o Controle da Natalidade.

Curiosamente, hoje, como há vinte e cinco séculos, a resposta correta, capaz de vencer o perigo, é a mesma: Anthropos — O Homem.

Permitamos que Ele se multiplique!

Transcrições

PLANEJAMENTO FAMILIAR

Dom Eugênio de Araújo Sales
Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro

No mundo moderno avultam os contrastes, diria melhor, as incoerências nas atitudes. Revelam uma desorientação nas idéias, fraqueza nos princípios que devem nortear os homens para que possam viver dignamente.

Promove-se a igualdade de direitos para a mulher. Contudo, nos movimentos denominados libertadores, tão ruidosos, não se ouve uma só palavra diante dos processos de limitação de filhos. Apesar de todo o poderio econômico, manifestado em custosas propagandas, é patente, hoje, o perigo que os contraceptivos podem acarretar à saúde feminina e da prole. Dos homens nada se exige. Paira o silêncio sobre esta injusta discriminação.

Volta-se a sugerir, entre nós, uma planificação familiar, que teria a colaboração de organismos estatais ou seu apoio e beneplácito. Convém recordar que a imprensa divulgou em 1973, mais precisamente a 8 de setembro, as conclusões a que chegaram os representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Planejamento, Educação e Interior e da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. O Brasil se opõe ao controle da natalidade por três razões: necessidade estratégica da ocupação efetiva de seu território; importância econômica decorrente de um poderoso mercado interno; e aumento populacional, um dos fatores de projeção futura do Brasil, como grande potência mundial.

Somos um país imenso e deserto. Entretanto, alguns julgam oportuno conservá-lo assim. E para combater mais eficazmente a miséria não se propõe retirar o supérfluo dos ricos mas se pretende evitar maior número de filhos nas famílias pobres. Esquecem-se de que o crescimento demográfico não é a causa primordial do subdesenvolvimento. Diante do progressivo distanciamento entre nações prósperas e as do Terceiro Mundo, é cômodo jogar a culpa da fome sobre os fa-

mintos. E em vez de ir à raiz dos males, preservam-se as posses de uns e induz-se os outros a serem menos numerosos. Assim, deixa de ser perigosa a pressão do pauperismo contra a ordem existente. Um contra-senso para quem raciocina à luz do bom senso e da moral cristã.

Continua, entretanto, vibrante, atual e veraz a palavra do Papa Paulo VI falando às Nações Unidas, em 4 de outubro de 1965: "Vós deveis procurar que o pão seja suficientemente abundante na mesa da humanidade e não diminuir o número dos comensais do banquete da vida".

Fala-se de multidão de jovens que chega à idade adulta agravando problemas. E nada se diz da carga que recai sobre a população ativa, conseqüência do envelhecimento dos habitantes de um país, descontrole esse motivado pela diminuição da natalidade.

Há pouco foi divulgado que as despesas militares do mundo, durante o corrente ano, ascendem a 200 bilhões de dólares. Esta cifra significa aproximadamente a renda nacional de mais de 1 bilhão de pessoas em países do Terceiro Mundo. Prefere-se diminuir o número de pobres a corrigir esse erro.

Os contrastes e incoerências se multiplicam. Cresce uma onda contra a interferência governamental nas empresas. Longos artigos, debates, seminários. A sombra de uma socialização dos bens causa temores e reações. Sem tomar posição na matéria, parece estranho que não haja uma só palavra quando se estimula a penetração governamental no santuário da família. O disfarce não chega a ocultar a crueza de uma intervenção do Estado, caso esses incentivadores obtivessem do Governo a oficialização do planejamento familiar. Alega-se não se tratar de controle da natalidade. A verdade, entretanto, é que, além de ser tênue a diferença, um leva ao outro.

Afirma-se pretender unicamente um trabalho no campo elucidativo. Educar, contudo, significa induzir a planejar dentro dos critérios de seus idealizadores.

Na Encíclica **Humanae Vitae** (n.º 17), o Papa adverte sobre os danos de uma intervenção estatal nesse assunto: "Deve-se pensar seriamente na arma perigosa que se poria nas mãos de entidades públicas". Por que, então, querer afrontar a consciência cristã em vez de ajudar o Governo a incrementar maior divisão de riquezas? Não menosprezemos o pobre que gera a força de trabalho para o Brasil crescer. Mais doloroso é acobertar o interesse próprio sob o disfarce de nobres preocupações com as necessidades econômicas de nossos irmãos.

A incoerência situa-se ainda em outro campo. Um país como o nosso, que, na expressão usada repetidas vezes nos últimos dias, decola para o desenvolvimento, precisa solidificar seu alicerce espiritual. O crescente bem-estar sem uma progressiva consolidação da base moral leva um povo à degradação dos verdadeiros valores e grassa, então, o egoísmo total ou se instala a violência do desespero. Incentivar o planejamento familiar, para não dizer o controle dos nascimentos pelo Estado, é enfraquecer as estruturas indispensáveis ao crescimento harmonioso de uma nação.

Erradicou-se a subversão, mas não se conseguiu eliminar totalmente a corrupção. Aquela pode ser desbaratada pelas armas; esta somente será obtida com o fortalecimento moral da comunidade. Qualquer medida que possa contribuir para debilitar a Família ou enfraquecer os valores éticos será um fator negativo, pois a natureza humana é inclinada, pelo pecado, aos gozos da terra, lícitos e ilícitos.

A fortaleza de nossa gente, que suporta a miséria na esperança de melhores dias, será atingida profundamente. Não se salva doente com remédio errado. É preferível a cura mais demorada que arriscar a vida, principalmente se esta é de ordem moral. Fica o aviso, pois, graças a Deus, o bom senso não desapareceu em nossos governantes.

Espero que o esforço pelo progresso do Brasil não nos leve às condições lamentáveis de alguns países ricos. Na verdade, mais do que ter, queremos ser.

(Transcrito do "Jornal do Brasil", de 15 de maio de 1976, 1.º Cad., pág. 6).

AMAZÔNIA INCENDIADA

Tasso Villar de Aquino *

Está no Jornal do Brasil de 27-9-76 (1.º caderno) a notícia que se segue, sob o título "Fogo na mata abre espaço a pastagem de 3 mil hectares":

"Altamira — Na falta de um jornal local, em Altamira a notícia corre de boca em boca. Uma grande fogueira, que corresponderá a um quadrado de 5 km de lado, arderá agora em outubro para abrir na selva uma clareira de mais de 3 mil hectares. As chuvas do final do ano levarão as cinzas, em janeiro um avião lançará sementes de capim e a natureza fará brotar uma pastagem para o gado.

Assim surgem pastagens na Amazônia — a fogo, ou coivara, denominação indígena que o Banco do Brasil mantém na papelada oficial para financiar o serviço. A fogueira, que em Altamira acenderá sonhos de progresso, será 56 km mata a dentro, partindo do km 105 da Transamazônica, no sentido de Marabá, e junto aos rios Anapu e Bacajá. Por enquanto, não há estradas para lá".

Esta estarrecedora notícia seria inconcebível se os fatos que vêm ocorrendo no Brasil Amazônico desde que os "elitistas de gabinete" passaram a se preocupar com a sua "ocupação e desenvolvimento", não contribuíssem para atestar a possibilidade da sua veracidade.

Entre esses fatos incluem-se:

a) a impiedosa devastação da flora e da fauna que aquela abriga e mantém, para dar lugar a imensas áreas de pecuária em regiões inadequadas;

b) a concessão de verdadeiro império na região do rio Jari a potentado norte-americano em condições pouco conhe-

---

* General. Ex-comandante da 9.ª Região Militar, Mato Grosso. Especialista em assuntos da Amazônia.

cidas mas, certamente, conflitantes com o legítimo interesse nacional;

c) a construção da cidade Humboldt, no município de Aripuanã (Mato Grosso Amazônico), concepção e execução de "cientistas amadores" com amplos recursos do erário;

d) a insistência em desconhecerem-se as peculiaridades do meio amazônico nos planejamentos e execução da sua ocupação e desenvolvimento, sem apreço pela preservação da cobertura vegetal e sua exploração econômica, pelo aproveitamento da portentosa rede hídrica para navegação, pesca e energia, pela exploração adequada dos recursos minerais.

Da devastação na cobertura vegetal para implantação de imensas fazendas de criação de gado, beneficiam-se apenas grandes empresas, sem nenhuma tradição de atividade agropastoril, que encontram nesse processo forma de contornar as suas obrigações fiscais para com o tesouro nacional, de que é beneficiário o povo brasileiro.

Sobre esse importante assunto já se pronunciou voz muito mais autorizada, a do Senador Dinarte Mariz, vice-líder do Governo, em discurso no Senado Federal.

É também o que se depreende da leitura do trecho abaixo transcrito, parte da notícia publicada no Jornal do Brasil sob o título "Fogo na mata abre espaço a pastagem de 3 mil hectares";

"Os novos fazendeiros da Amazônia sabem que só a madeira (muitos localizaram mogno, madeira muito valorizada, de até dois metros de diâmetro) daria para pagar inteiramente seu projeto.

Mas há pressa e muitas facilidades de crédito, e eles podem se dar ao luxo de queimar tudo como lixo imprestável. A fogo, eliminam o estorvo, madeira de lei que impede a formação de pastagens. E fazem tudo legalmente, sem maiores implicações, uma vez que ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) cabe apenas fiscalizar a segurança do trabalho e se o proprietário está cumprindo a exigência de conservar 50% da área como reserva. Com a outra metade ele é livre para fazer o que bem entender.

— É também óbvio que poucos cumprem esta exigência — fato largamente conhecido em toda a Transamazônica, onde se sabe que o processo de ocupação está apenas começando".

O mais grave é que a "grande fogueira" será ateada em área do patrimônio da União atribuída ao INCRA, com financiamento do Banco do Brasil, segundo a notícia.

Reforça-se, dessa forma, a suposição de que o incêndio da mata, como forma preparatória de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, é orientação oficial, de vez que é o que se vem verificando ao longo das estradas pioneiras na Amazônia, na faixa de 100 Km de largura de cada lado da estrada, sob a responsabilidade do INCRA.

Se não é assim — e temos esperança de que não seja — mexam-se, senhores do INCRA, do IBDF, da SUDEPE, do Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza, do Departamento de Economia Florestal, do Departamento de Reflorestamento, da SUDAM, da Funai, da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Chega de inoperância e passividade. Deixem os gabinetes sofisticados ou não e busquem o interior, que é o palco normal das suas atividades. Troquem a gravata e o traje formal pela indumentária própria ao trabalho no campo e vivam os problemas e os acontecimentos nas áreas em que os mesmos ocorrem. Estabeleçam um clima de cooperação, de entendimento, de trabalho objetivo, de ação conjunta que, como o feixe de varas, se tornará cada vez mais forte com a reunião e novos elementos de ação. Utilizem as facilidades de ligação e comunicação que foram asseguradas pela Revolução de 31 de março, de tal forma que, praticamente, não existe hoje ponto isolado neste País, por mais longínquo que seja.

Evitem publicação de literatura sofisticada e cara de promoção e propaganda e empreguem os recursos em coisas mais úteis.

Tenham presente que as organizações a que os senhores pertencem, somadas a outras dos respectivos ministérios, constituem verdadeiro exército de servidores destinados a promover um dos mais importantes objetivos da Revolução de 31 de março, qual seja o desenvolvimento equilibrado do Brasil como um todo, com esforço na ocupação dos espaços vazios, na exploração adequada das nossas riquezas naturais, na valorização crescente do homem comum brasileiro.

Assim procedendo, as soluções surgirão adequadas e oportunas, porque frutos de conhecimento e vivência, bem como serão eliminados os desatinos e desmandos que estão pondo em risco a Segurança Nacional na ocupação e desenvolvimento de espaços vazios, sobretudo ao longo das rodovias pioneiras.

Não procede a alegação normalmente usada pelos órgãos públicos citados neste artigo de que a falta de recursos e de meios é a principal causa de ineficiência dos mesmos. A principal causa é, fora de dúvida, a omissão, a ausência, o conformismo com a inoperância, dos servidores e das organizações,

ao lado do mau emprego dos recursos e meios disponíveis, em geral satisfatórios. A principal causa é, em síntese, a falta de aplicação do princípio de eficiência relativa, segundo o qual: "quando não se pode fazer o que se deve, deve-se, pelo menos, fazer o que se pode". O que não se admite é usar-se a deficiência de recursos como justificativa para não se realizar todo esforço no sentido de que o órgão que se dirige ou a função pública que se desempenha tenha a maior eficácia possível no cumprimento de sua finalidade.

Nos mesmos moldes de atuação reclamados dos órgãos de defesa de nosso patrimônio dos reinos vegetal e animal selvagem; integrados nos Ministérios da Agricultura e do Interior, é impositiva a presença de entidades dos Ministérios da Previdência Social, como a Ceme e o Funrural; do Ministério da Saúde, como o recém-criado Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), do Ministério da Educação, como a Campanha Nacional de Alimentação Escolar; do Ministério do Trabalho como as Delegacias Regionais de Mato Grosso, Acre, Amazonas, Pará e o PIPMO. Todas têm importância decisiva na assistência à criança e valorização do homem rural. Vemos também nas DSI dos Ministérios diretamente responsáveis pelo desenvolvimento rural do Brasil, pelo bem-estar social e pela valorização do homem brasileiro, uma grande importância na ação eficiente dos mesmos através da informação aos respectivos Ministros, obtidas "in loco", portanto também fora dos gabinetes.

Somente a ação objetiva, consciente e com alto espírito público, tornará sem sentido a afirmação de que "o País vai bem, mas o povo vai mal" e válida a de que "este é um País que vai pra frente".

Do contrário, poderão crescer em proporções cada vez maiores a renda "per capita" e o PNB ou PIB, mas a primeira afirmação continuará válida e a segunda sem sentido.

Lamentamos não possuir poder de persuasão bastante para sensibilizar a opinião pública nacional quanto ao crime que vem sendo perpetrado contra um dos mais valiosos patrimônios nacionais, qual seja a flora e fauna amazônicas, com desastrosa repercussão direta futura na sua portentosa rede hídrica e condições climáticas. Para convencer que a queima na mata na forma que se vem processando na Amazônia não constitui processo de ocupação e desenvolvimento, e sim devastação e indício de barbarismo. Para mostrar que a Revolução de 31 de março não poderá ficar com esta triste responsabilidade perante as gerações atuais e futuras de brasileiros.

Em artigos publicados neste jornal temos focalizado o importante assunto com insistência. Esses artigos dão continuidade a esforço que desenvolvemos desde 1954, em atividade na área amazônica e fora dela, traduzida, inclusive, em artigos publicados na revista "A Defesa Nacional", quando a ocupação e desenvolvimento da Amazônia ainda não apresentavam o perigoso aspecto atual, porque a região não oferecia aos "elitistas de gabinete" as oportunidades de promoção e sapiência teórica dos dias atuais.

A oportunidade que os mesmos têm encontrado está provocando açodamento irresponsável na ocupação da Amazônia, quando esta deveria ser realizada com cautela, prudência e segurança, sem violentação às singulares condições do meio.

Para tal, precedendo a implantação das rodovias de penetração (pioneiras), projetos de ocupação ao longo das mesmas deveriam ser elaborados, em trabalho coordenado das entidades públicas interessadas, para execução com a participação da iniciativa privada orientada, estimulada, apoiada e dirigida no sentido da prosperidade e do bem público.

Assim estaríamos aos poucos aprendendo a ocupar e desenvolver imensa área do território nacional com características e condições inteiramente diversas das demais áreas, a exigir, portanto, tratamento diferente.

Infelizmente, o que se vem praticando é exatamente o contrário disso, com atitudes inclusive marcadas por grandes contra-sensos, como promover-se a Semana da Árvore, com plantio lírico de essências florestais em praças públicas nos grandes centros urbanos e a destinação de volumosos recursos para incentivo ao reflorestamento com essências alienígenas que o nosso meio-ambiente repele, ao mesmo tempo que se estimula e financia a devastação pelo fogo de imensas áreas de mata no interior do Brasil como forma de desenvolvimento.

(Transcrito do jornal "Ultima Hora", de 24-10-76)

10 ANOS DE ZONA FRANCA

COMO CRIAR UMA CIDADE E ESVAZIAR O INTERIOR

José Marqueiz

Manaus — Os efeitos da Zona Franca de Manaus, criada por um decreto presidencial assinado há menos de 10 anos, são notáveis. A Capital do Amazonas experimentou uma extraordinária expansão urbana e demográfica, suas toscas casas de madeira transformaram-se em amplos prédios de alvenaria e modernos edifícios, quase todas as ruas estão asfaltadas. Só a arrecadação de seu ICM representa 90% do orçamento do Estado. Em pouco tempo, a população passou de 300 mil para 500 mil e o número de turistas aumentou tanto que, hoje, já há um hotel de nível internacional às margens do rio Negro — o Tropical.

Mais uma vez, porém, o interior foi esquecido. A Zona Franca apenas contribuiu para o seu esvaziamento. O horizonte de uma vida melhor acena com mais luminosidade na Capital, em suas lojas de artigos estrangeiros precisando de balconistas; suas fábricas de montagem de aparelhos eletrônicos anunciando sempre novas vagas; na indústria do turismo oferecendo novas e crescentes oportunidades. Tudo isso empobreceu ainda mais o interior. A agricultura sofreu fortes abalos, a pecuária foi praticamente esquecida. Da borracha, nem se fala mais. O sonho do caboclo ribeirinho, hoje mais que nunca, é ter uma casa de alvenaria, com todo o conforto de um habitante da cidade. A palafita, a vida cada vez mais limitada à beira do rio, deixou de ser uma condição natural e transformou-se num tormento.

Os rios amazônicos parecem trazer em suas correntezas todas as esperanças para a Capital. Manaus é hoje uma cidade sufocada pelo intenso fluxo migratório, sem infra-estrutura para recebê-lo, e já às voltas com um considerável aumento de mendigos, desempregados e o desenfreado surgimento de favelas,

mais notadamente às margens dos igarapés que cortam o centro urbano. O interior, por sua vez, ao se esvaziar, torna-se dependente da Capital. Poucas sãos as cidades que têm plantações de produtos regionais, e quando as têm, são suficientes apenas para o consumo próprio. Os moradores do interior afirmam que não há incentivos oficiais. A produção da borracha, por exemplo, caiu 70% porque o Banco da Amazônia dificulta os empréstimos, com uma nova política de incentivos. O próprio Senador Jarbas Passarinho confirmou isso ao declarar: "O Banco da Amazônia desviou-se de suas funções".

A juta, uma das bases econômicas do Amazonas, encaminha-se para o mesmo destino, não só pela falta de apoio financeiro, como também pelas enchentes que periodicamente devastam as safras. Com elas, o interior passa a enfrentar também o maior índice de doenças como a malária — 50% dos casos registrados em todo o país ocorrem no Amazonas — a tuberculose, a coqueluche, a lepra e a hepatite. As pessoas afetadas só recebem alguma assistência médica quando o Governo decide deslocar equipes para os locais: membros da Secretaria de Saúde visitam os municípios mais atingidos pelas cheias e realizam campanhas de vacinação.

No setor da educação, o quadro é igualmente deprimente. Faltam escolas de segundo grau na maioria dos municípios e as escolas primárias não têm professores, material escolar e, às vezes, nem bancos. Os alunos, por sua vez, deixam de freqüentar as aulas por falta de alimentação.

As comunicações no interior do Amazonas podem ser classificadas como as piores existentes no Brasil. O interior é servido pelo sistema de UHF, da Telemazon, que funciona nas condições mais precárias. Não há agências de Correios e Telégrafos na maioria dos municípios, e uma correspondência chega a demorar mais de 20 dias para alcançar seu destino, dentro do Estado.

O sistema de transportes é o mais difícil possível. Poucas são as localidades que dispõem de um campo de barro ou piçarra em condições para pouso de pequenos aviões. Os motores de linha, como são chamados os barcos que fazem a integração desses municípios, demoram até duas semanas para chegar ao ponto desejado.

O Secretário de Transportes, José Fernandes, promete dotar todas as regiões de serviços, tanto aéreos como fluviais. "Com isso, vamos garantir as cidades em casos de emergência, enquanto se destinam recursos para completar o sistema, que, por ser caro e difícil, requer muito apuro em seus projetos e

investimentos muito altos". Anuncia também a construção e reforma de portos e aeroportos em Tefé, Parintins, Mauês, Caruari, Manicoré, Tabatinga, Boca do Acre, Coari, Eirunepe, Labrea, Urucara, Barrreirinha e Nhamundá.

Até o final do ano, segundo o Secretário de Transportes, o Amazonas terá seis bons aeroportos, dois com capacidade inclusive para receber Boeings: os de Tefé e Tabatinga. Mas sua grande preocupação é com os aeroportos menores, que possam atender às exigências de empresas de aviação de terceiro nível. Também se pretende construir pistas para monomotores em Urucará, Barreirinha e Nhamundá.

O Secretário de Planejamento do Amazonas, Roberto Vieira, é menos otimista em relação a todos esses planos. "Somos um Estado pobre, tradicionalmente pobre. E só no futuro distante é que o Amazonas poderá ficar rico, com a exploração racional e tecnológica de seus recursos naturais. Só assim seremos um Estado de corpo inteiro, integrado, da cabeça aos pés, no restante do País, em termos globais: territorial, social, econômico e financeiro".

O Amazonas tem 44 municípios, incluindo a Capital, espalhados numa área de 1 milhão 858 mil 986 quilômetros quadrados. Sua população, segundo o último censo, é de 1 milhão e 100 mil habitantes, 50% dos quais vivem em Manaus. A densidade demográfica é a mais baixa do País: 0,51 habitantes por quilômetro quadrado. Ao todo, tem uma arrecadação anual inferior a Cr$ 370 milhões.

Os dois municípios interligados por via rodoviária mais próximos de Manaus — Itacoatiara e Manacapuru — apresentam um desenvolvimento surpreendente em comparação com a estagnação em que se encontram as outras localidades, com exceção de Parintins, beneficiada pela proximidade de Santarém, no Pará. Distante de Manaus, por estrada, 285 quilômetros, Itacoatiara proporciona à sua população, estimada em 40 mil habitantes, diversas facilidades. É um dos poucos municípios do Amazonas que possui colégio, hospital, farmácias, restaurantes, hotel e cinema.

A miséria, os problemas, aumentam com a distância da Capital. E na maior parte dos 43 municípios do interior amazonense, a dependência é quase total. A economia enfraquece ainda mais com as dificuldades de escoamento da parca produção para os centros consumidores. A população vive em situação de penúria. A íntima renda familiar não chega a um salário mínimo regional — Cr$ 417 — e portanto é insuficiente para assegurar a alimentação de um grupo geralmente grande

de filhos, uma vez que a maioria dos gêneros alimentícios tem de ser adquirida a preços inflacionados pelo transporte, realizado nos regatões. Por isso, os caboclos ribeirinhos são obrigados a se alimentar quase exclusivamente de peixe, abundante na região, criando um lamentável estado de subnutrição, que afeta em particular as crianças.

Se em Manaus o custo de vida já é elevado, chegando a registrar-se, segundo recente pesquisa oficial, um aumento de 300% em relação ao resto do País, no interior esse sacrifício é ainda maior, devido ao círculo inflacionário. Se um quilo de arroz, por exemplo, custa Cr$ 7 nos supermercados de Manaus, no interior custará Cr$ 12 ou mais, para compensar os custos de frete, combustível, pagamento da tripulação e o lucro do dono da embarcação.

Enfim, o gigantismo e a pobreza do Amazonas podem ser comprovados por números fornecidos pelo Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal (Icoti), órgão do Governo, vinculado à Secretaria de Planejamento e Coordenadoria Geral do Estado, em seu último levantamento feito no interior.

Sua área, de 1 milhão 844 mil 649 quilômetros quadrados tinha em 1973, excluindo-se a Capital, 699 mil 944 habitantes, ou seja, uma densidade demográfica de 0,3 habitantes por quilômetro quadrado. Os 43 municípios do interior têm 1 mil 179 escolas de primeiro grau, 55 mil 876 alunos e 1 mil 872 professores; 94 escolas de curso médio (primeiro grau), com 11 mil 515 alunos e 485 professores; cinco escolas de segundo grau, com 1 mil 635 alunos e 78 professores; nove cursos supletivos, com 2 mil 670 alunos e 102 professores.

Há 19 hospitais, com 579 leitos — um leito para cada mil habitantes — 24 postos de saúde e 33 médicos. Em todo o interior, há apenas 317 aparelhos telefônicos, 19 hotéis, três emissoras de rádio, 12 cinemas, 13 jornais e 1 mil 52 bares. De todos os municípios, só oito captam imagens dos canais de televisão.

(Transcrito do "Jornal do Brasil", de 7-10-76, cad. B, p. 4)

INDICE

Composto e impresso nas oficinas de
GRÁFICA EDITORA ITAMBÉ S. A.
Rua Leandro Martins, 72 — RIO — RJ



CNDDA

Comissão Nacional de Defesa e
pelo Desenvolvimento da
Amazônia



Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura

